UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

THAIS MARIA SOUTO VIEIRA

Uma ilha na monocultura: a reinvenção do campesinato pela agroecologia

São Paulo
2014

THAIS MARIA SOUTO VIEIRA

Uma ilha na monocultura: a reinvenção do campesinato pela agroecologia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Mauro de Mello Leonel Júnior

São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Vieira, Thais Maria Souto

Uma ilha na monocultura : a reinvenção do campesinato pela agroecologia / Thais Maria Souto Vieira ; orientador, Mauro de Mello Leonel Junior. – São Paulo, 2014

100 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo

Versão original

1. Campesinato - Brasil. 2. Movimento dos Sem-Terra - Brasil. 3. Agronegócio - Brasil. 4. Assentamento rural - Itapetininga (SP). 5. Camponeses. I. Leonel Junior, Mauro de Mello, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 305.56330981

NOME: VIEIRA, Thais Maria Souto

TÍTULO: Uma ilha na monocultura: a reinvenção do campesinato pela agroecologia

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa.

À Escola de Artes, Ciências e Humanidades, a “USP Leste”, por abrigar propostas interdisciplinares como o programa de Estudos Culturais, trazendo-nos a possibilidade de uma nova abordagem cultural nos programas acadêmicos.

Ao Professor, orientador e inspirador Mauro Leonel, que com sua trajetória e experiência de vida me ensinou mais que as titulações que possui.

À professora Mirian Simonetti que com sua “inteligência afetiva” me inspirou a estudar os povos da terra, o respeito com o meio ambiente e a importância do alimento.

À professora Vivian Urquidi pela colaboração e apoio.

Aos amigos de sempre : Malu, Simone, Ana Paula, Vinicius, Julia, Alessandra. Em especial ao Tony por ter emprestado o ombro e um tempo de sua vida, incentivando sempre meu caminhar acadêmico. Rosana, Paula, Bruna, Marina. Tiago e Letícia pela ajuda com o texto e pelos anos de amizade.

Ao amigo Mauricio Hermann que dividiu conhecimento, discussões e me apresentou um outro lado da questão ambiental do qual eu desconhecia trazendo luz na reflexão entre teoria e prática.

Ao meu pai, mãe e irmão por sempre me apoiarem em minhas escolhas pessoais, profissionais e acadêmicas e, sobretudo, incentivando meus estudos desde sempre.

Aos meus avós, que me instigaram a compreender essa vida caipira e rural, que mesmo na cidade é recontada e reavivada em cada história, jeito de falar e até comer.

Em especial, “ao povo do Lamarca” que me acolheu de braços abertos, sempre solícitos permitindo minha participação e observação. Muitos altos e baixos surgem no percurso acadêmico, mas a força deste grupo me empurrou para frente. Levarei pra sempre este exemplo de luta e justiça na Terra e pela Terra.

Às forças divinas que nos movem para os caminhos que consideramos justos.

Lições da Terra

*Por esta verga rotineira em que caminhas
Como boi manso ponteando a lavração
Vira e revira no silêncio do arado
A nova terra para outra plantação.*

*Neste teu rosto existem rugas que são vergas
E pelas veias do teu corpo correm rios
Os grossos dedos de tuas mãos são como adagas
Cortando a terra e as tranqueiras com seus fios.*

*Pequeno agricultor, tu és o grande
Plantador da nova roça que sonhamos
Do calo de tuas mãos há de brotar
O fruto da justiça que buscamos.*

*Tem muita gente que é mais árida que a terra
Quando te explora, te expulsa e te maltrata
A terra bruta, como homem não se entrega
E vai um dia se vingar de quem a mata.*

*Quanto se aprende olhando claro em nossa volta
Semente frágil se transforma em linda fruta
Neste entrevero de homens, plantas e de bichos
Brota a certeza de que a vida é sempre luta.*

(Humberto Zanatta, Ribamar Machado)

VIEIRA, T.M.S. **Uma ilha na monocultura: a reinvenção do campesinato pela agroecologia**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RESUMO

O panorama econômico que o Agronegócio hoje impõe ao morador do campo trouxe grandes rearranjos na situação de permanência e viabilidade social e econômica, levantando novos desafios inclusive aos Movimentos Sociais de Luta pela terra. Este estudo se propõe a compreender as transformações culturais sofridas por este estrato social, que a modernidade por vezes tentou interpelar e como novos paradigmas voltados à questão ambiental têm se tornado uma possibilidade de reprodução social e econômica do campesinato.

Partindo da evolução do conceito de campesinato dentro do pensamento social brasileiro, é realizada uma reflexão sobre como esta camada foi pensada e atingida por políticas públicas na resolução das questões referentes à reforma agrária e resolução do problema da pobreza no meio rural, encontrando na Agroecologia, hoje bandeira de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sua possibilidade de autonomia e reprodução social.

Para pensar como isto se coloca na realidade, realizou-se uma pesquisa de campo de orientação pela observação participante com um grupo ecológico de produtores orgânicos no Assentamento Carlos Lamarca, a fim de compreender como se dá o rearranjo de valores culturais camponeses em contato direto com o Agronegócio. O assentamento, cercado por florestas de eucaliptos e pinus, se localiza em Itapetininga, cidade que segundo apuração feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), com cálculo no último levantamento, ano base de 2009, mantém o maior PIB Agrícola do Estado de São Paulo. Esta realidade nos faz questionar como a agricultura familiar sobrevive espacialmente e culturalmente em relação direta com a grande Agricultura.

Palavras-chave: Campesinato. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Agroecologia.

VIEIRA, T.M.S. **An island in monoculture: the reinvention of the peasant by the agroecology.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ABSTRACT

The economic perspective that the Agribusiness impose today requires to the occupant of the field brought large rearrangements in the situation of permanency, social and economic viability, raising new challenges including the Social Movements Fight for Earth. This study aims to understand the cultural changes experienced by this social stratum that modernity tried sometimes challenged, and how new paradigms related to environmental issues have become a possibility for social and economic reproduction of the peasantry.

Based on the evolution of the peasantry concept within the Brazilian social thought, is held to reflect on how this layer was designed and struck by the resolution of public policy issues relating to land reform and resolving the issue of poverty in rural areas, finding in Agroecology, today the battle flag of Rural Landless Workers Movement, the possibility of their autonomy and social reproduction.

To think how this presented nowadays, a field research guidance by participant observation was made with an ecological group of organic producers in Settlement Carlos Lamarca, in order to understand how is the rearrangement of cultural values peasants in direct contact with Agribusiness. The settlement, surrounded by eucalyptus and pine forests, is located in Itapetininga city that according to polling done by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), calculating the last survey, base year 2009, maintains the largest GDP of the State Agricultural of São Paulo. This reality begs the question of how the family farm survives spatially and culturally in direct relationship with the major Agriculture.

Key Words: Peasantry, Landless Workers' Movement, Agroecology.

LISTA DE SIGLAS

APP-	Área de preservação ambiental
Conab -	Companhia Nacional De Abastecimento
CONCRAB-	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasi
EMBRAPA-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
INCRA-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST-	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA-	Programa de Aquisição de Alimentos
PANATER-	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNAE-	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. CAPÍTULO 1	18
1.1 O camponês sob a perspectiva do pensamento social brasileiro	18
1.2 O bairro rural enquanto espaço de reprodução social.....	22
1.3 A terra e a possibilidade de reprodução social.....	29
1.4 As transformações no conceito de campesinato	33
2. CAPÍTULO II	40
2.1 A agricultura no Brasil e a guinada para o Agronegócio.....	40
2.2 A problemática ambiental e a Agroecologia.....	48
2.3 A formação do discurso da agroecologia no MST.....	56
3. CAPÍTULO III.....	62
3.1 Na monocultura, uma ilha: primeiro PIB agrícola do Estado e o assentamento Carlos Lamarca.	62
3.2 Uma ilha na monocultura: O assentamento Carlos Lamarca	66
3.3 A construção da pesquisa de campo e a observação participante, ou “participante observador”.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
BIBLIOGRAFIA	90
ANEXO A.....	95
Roteiro semi-estruturado para pesquisa de campo	95

INTRODUÇÃO

As transformações econômicas e sociais ocorridas na sociedade brasileira desde meados do séc. XX fazem parte de um contexto ocidentalizado em que as transformações das relações capitalistas entre países de terceiro mundo e primeiro mundo eram regidas por relações de dominações, como afirma Caio Prado (2004). No entanto, no caso brasileiro, devido ao seu histórico de país colonizado exportador de matéria prima, não se observou uma concordância entre os signos da modernidade referentes à tecnologia, democracia, urbanização e as práticas sociais tradicionais de latifúndio, trabalho escravo, fome e desigualdade, assim como pode ser observado em outros países da América Latina. Nesse meio entremear de realidades está o cotidiano e a vida das pessoas comuns.

Se levarmos em conta que, até metade do século passado, mais da metade da população brasileira ainda vivia na zona rural, é necessário perceber que este não é um passado distante da sociedade atual se analisarmos historicamente. Essas mudanças pelas quais o nosso país passou no último século podem ser analisadas de um ponto de vista mais abrangente, inseridas na tempestade do progresso, tal qual é descrita na figura do quadro de Klee, *Angelus Novus*, por Walter Benjamin: “Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso”. (BENJAMIN, 1994, p. 226)

A ideia de progresso traz consigo a questão da modernidade, porém pensá-la a partir da América Latina nos coloca em um caminho de incertezas em que as tradições ainda são fortes e a modernidade, enquanto projeto social e econômico, ainda não foi plenamente realizada. Nos últimos tempos podemos perceber uma crise do modelo ocidental e isso nos leva a questionar: como ficam então as relações entre tradição, modernismo cultural e modernização socioeconômica?

O que se observa e podemos aferir da presente realidade dos países latinos americanos, segundo Canclini (2003), é uma hibridez em que culto e popular se fundem, em que o tradicional não foi totalmente extinto pela industrialização dos bens simbólicos e a oposição binária tradição/modernidade já não é suficiente para explicar esses processos, visto que eles convivem integrados. O que a realidade mostrou foi que a modernidade não suprimiu as culturas populares, mas as transformou já que foi impossível incorporar toda a população à produção industrial e houve uma necessidade política de incorporar bens simbólicos tradicionais para atingir as camadas populares. O próprio desemprego e a precariedade gerados pelo sistema industrial acabaram por incentivar a produção artesanal. O próprio

sistema econômico, através de sua reinvenção, incorporou saberes e modos de vida não capitalistas, por vezes não extinguindo-os mas mantendo-os na marginalidade.

Dessa maneira, convivemos diariamente, mesmo nos centros urbanos, com práticas e costumes que estão ligados de alguma maneira com a vida no campo. A problemática surge em entender como essa população rural foi absorvida ou rejeitada pelos signos da modernidade. Nos conflitos que se criaram com o ritmo da industrialização e urbanização ao longo dos anos, fazendo-nos repensar campo e cidade, esquece-se, por exemplo, que existe uma diversidade de aglomerações urbanas como o subúrbio, a favela ou complexos industriais que acabam por não se encaixar nas representações criadas entre o que advém do rural e o que é propriamente urbano. De maneira que muitos estudos e observações afirmam que os expropriados do campo não foram integralmente absorvidos pela nova dinâmica do país, o problema irá culminar por fim na criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra por volta da década de 80, quando, adicionado às consequências do Milagre Econômico do Regime Ditatorial culminam as decepções políticas e econômicas sofridas pelo país, saltando à vista o fato de que moderno e tradicional se relacionam de maneira diferente em contextos não hegemônicos.

Refletindo sobre essa problemática a partir do que chamamos “A Questão Agrária”, segundo Silva (1980) tal tema sempre foi discutido no Brasil. Desde a crise do café na década de 1930, isso era um problema a se solucionar pelas políticas públicas, mas será intensificado no fim dos anos 1950 e início dos 1960 quando a polêmica foi sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira. A agricultura brasileira, devido ao seu modelo tradicional, foi vista como um empecilho ao desenvolvimento econômico. Na ditadura, com o milagre econômico, o tema sai das pautas políticas, pois aparentemente não havia problema econômico no campo e os movimentos sociais relacionados a ele eram fortemente reprimidos. O que se observou, no entanto, após a euforia do milagre foi que houve benefícios apenas para uma minoria, sendo os trabalhadores rurais os mais penalizados por este fenômeno. Por esse motivo é que a questão agrícola é diferente da questão agrária, pois segundo as bases do latifúndio e inserção agressiva do sistema capitalista no campo, a questão agrícola voltada para a exportação nunca deixou de estar presente nas pautas políticas, enquanto a questão agrária reflete o impacto desse modo de produção capitalista nas relações de produção. A maneira pela qual se resolvem os impasses agrícolas no país muitas vezes só agrava as relações, as populações e as vivências envolvidas nos espaços agrários, o campo.

Há muito que o campesinato tradicional sofre a influência do capitalismo agrário no Brasil. Podemos inclusive dizer que ele não existe mais em sua forma original, visto que a

influência dos modos de produção industrial, a paisagem rural e os modos de vida já se transformaram quase que por toda parte da sociedade ocidental capitalista. Toda a paisagem rural que foi se transformando guarda em si experiências de aluguéis, arrendamentos, poder, etc. Não obstante, essa relação entre campo e cidade move-se por relações entre pessoas, sentimentos e histórias.

Como bem resgata Williams (1989) em sua obra “O campo e a cidade- Na história e na literatura”, a tensão pelo medo de perder as terras sempre foi uma presença constante para o campesinato. A história e a literatura muitas vezes preferiram destacar o aspecto bucólico e a celebração da natureza, como uma representação de beleza, deixando as dificuldades do camponês, enquanto trabalhador em outro plano. Todas essas representações acabaram por se tornar algo superficial, que não alcançava uma discussão mais profunda sobre o avanço do capitalismo agrário. O maior problema dessas idealizações é a criação de uma imagem de senso comum referente ao campo, que não permite uma discussão mais crítica e que esclareça o debate na construção de políticas públicas na atualidade, visto que a construção da cultura é também um desenrolar da história. Em seu texto “Culture is Ordinary”, Willians nos deixa à vontade para observar as marcas desse desenrolar e construir:

O ponto do ônibus era em frente à catedral. Eu tinha ido ver o Mapa Mundi, com seus rios saindo do paraíso, e a biblioteca acorrentada. Um grupo de religiosos conseguiu entrar sem problemas, mas eu tive que esperar uma hora e bajular o sacristão antes de conseguir entrar e dar uma espiada nas correntes. Agora, do outro lado da rua, um cartaz no cinema anunciava o *Six-Five Special* e um desenho animado das *Viagens de Gulliver*. O ônibus chegou, o motorista e a cobradora totalmente absortos um no outro. Saímos da cidade, passando pela ponte velha, e seguimos em frente, passando pelos pomares e pastos e pelos campos com a terra vermelha sob o arado. Adiante estavam as Montanhas Negras e começamos a subir, observando os campos escarpados chegando até os muros cinza, e mais além, as partes onde a urze, o torgo e os fetos ainda não tinham sido arrancados. A leste, ao longo do cume, estava a linha cinzenta dos castelos normandos; a oeste, a fortaleza formada pela encosta das montanhas. Então, enquanto continuávamos a subir, o tipo da rocha foi mudando a nossos pés. Aqui, agora, havia calcário, e a marca das antigas fundições junto à escarpa. Os vales cultivados com suas casas brancas esparsas foram ficando para trás. Mais adiante, estavam os vales estreitos: o laminador de aço, o gasômetro, os socalcos acinzentados, as bocas das minas. O ônibus parou e o motorista e a cobradora desceram, ainda absortos. Eles já tinham feito esse caminho tantas vezes, e percorrido todas suas etapas. Trata-se, de fato de uma viagem que, de um modo ou de outro, todos nós já fizemos. (WILLIAMS, 1958 *apud* CEVASCO, 2001, p. 43)

É justamente a partir dessa descrição de Williams e a maneira que o mesmo interpreta a cultura e sua transformação no tempo e no espaço é que podemos introduzir a problemática do campo a partir de uma descrição quase literária que Antonio Candido faz em *Os parceiros do Rio Bonito* incorporando a cultura caipira no seu descrever acadêmico:

Ninguém trabalhava alugado, porque para isto havia os cativos; não havia aforante nem colônio: era o “tempo das posse” e todos tinham a sua terra. Era só chegar, tomar conta e pedir para o Governo, que concedia áreas medindo uma légua de frente por três de fundo. Mas depois vieram os fazendeiros ricos e como a caboclada era ignorante, foram comprando barato de uns, tomando à força de outros. Tinha gente que chegava e ia expulsando os “cuitadinho” a pau e tiro.

Sabia-se muita coisa. Havia gente que começava a contar causos de manhã cedo e ainda não tinha parado à hora do almoço. Eram casos de santo, de bichos, de milagres, do Pedro Malasarte, e instruíam muito, porque explicavam as coisas como eram. Por isso havia respeito e temor: os filhos obedeciam aos pais, os moços aos velhos, os afilhados aos padrinhos e todos à Lei de Deus- pois era o tempo dos padres santos, que andavam pelo sertão ensinando a rezar, pregando, batizando e casando. Batizavam e casavam de graça, ou muito barato (600 réis e 400 réis respectivamente), ao contrário dos padres de agora, gananciosos, que “fazem roça” da Igreja.

Hoje, estuda-se muito, e os filhos já sabem ver as letras; mas há três assuntos a que ninguém dá volta: primeiro, fazer gente velha ficar moça; segundo, fazer o tempo voltar para trás; terceiro, dar força nova à terra, que cada vez é mais fraca. Resumindo, na frase dum velho parceiro – “o estudo anda para diante, mas a terra e os homens andam para trás. (CANDIDO, 1971, p. 194-195.)

São justamente estas transformações sensíveis aos que dela partilham que irão deixar expostas a problemática mal resolvida no Brasil entre o que é tradição e o que se entende por moderno aos olhos dessa mesma população. É evidente que as novas gerações tendem a valorizar o que é imposto pelo mercado, mas no âmbito das crenças e sentimentos a questão é mais complexa e persistente. É necessariamente por meio desse viés que esta análise se desenvolve. Antonio Candido em 1954, já apontava que a inclusão das populações rústicas frente a um processo de urbanização inevitável teria que ser dado por uma via política, ou seja, a reforma agrária.

A inclusão periférica do morador do campo nas cidades acabou por expor os pontos de ligação entre cidade e campo no que toca o problema da precarização: a questão da exploração do trabalhador, a apropriação indevida da terra, e no caso do Brasil, o latifúndio, antes protagonizado pelos senhores de engenhos, e hoje pelos representantes do agronegócio.

A imagem cristalizada construída sobre o camponês acabou por colocá-lo politicamente no inconsciente do senso comum como uma figura passiva, no entanto, a realidade acabou por demonstrar o contrário. Desde o século XIX, movimentos sociais no campo são registrados na história brasileira e mesmo depois do grande êxodo rural ocorrido principalmente na década de 1950 no século XX, com o passar do tempo podemos perceber uma constante tentativa de “volta para o campo” daqueles que se viram obrigados a partir, e em grande medida uma resistência daqueles que ficaram, ora pelas vias da luta política, ora pelas transformações do modo de vida para se adaptar às imposições do capitalismo agrário.

Todo esse desenvolvimento histórico demonstra que a velocidade com que os processos ocorreram com relação às transformações técnicas e econômicas não foram

acompanhadas pela noção de justiça social e democratização no Brasil. A disputa dos interesses agrários se tornaram conflituosas na medida em que de um lado se tem uma grande camada de meeiros, posseiros, pequenos produtores, etc. frutos da maneira que o Brasil foi se colonizando e fixando populações e de outro uma elite agrária herdeira do período colonial ou mesmo de uma parte dos bandeirantes paulistas que inseridos no mercado conseguiram enriquecer e se tornar grandes fazendeiros. Dessa maneira, a questão agrária no país se torna um verdadeiro nó na modernidade que avança. Enquanto o capitalismo agrário enxerga como solução a incorporação dessas populações no mercado via assalariamento, os movimentos sociais de luta pela terra vislumbram na reforma agrária a maneira viável de se criar e recriar o campesinato e sua reprodução social e econômica.

A necessidade de se entender o camponês dentro do processo econômico brasileiro é também importante, na medida em que enquanto muitos afirmam seu desaparecimento e degradação, podemos observá-los lutando e resistindo pelo acesso à terra, reinventando maneiras de se inserir no mercado e sendo reconhecidos como reserva de conhecimento tradicional que unidos podem tomar frente junto às questões ambientais que surgem.

Dessa maneira, o camponês é fruto e objeto de estudo do pensamento social brasileiro desde a consolidação dessa área nas universidades do país. Tendo como referência a obra de Antonio Candido, é importante compreender também o contexto intelectual em que sua análise surge. Um dos fatores de grande relevância que se pode ver nos cientistas sociais da época, ligados a uma técnica e a um saber positivista que irá consolidar a Sociologia paulista a partir da década de 1930, é o deslocamento da análise sobre os dominantes para os dominados, antes analisados apenas como figurantes do processo de formação da sociedade brasileira. O elemento central dos estudos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior ¹ sempre esteve relacionado à família patriarcal e o que se originou dela enquanto sociabilidade e economia. Esta nova geração de sociólogos passa a dar voz às camadas marginalizadas radicalizando então a sociologia nascente.

Mesmo do ponto de vista da classe dominante que ascendeu o Estado, como bem afirma Octavio Ianni² em:

Se colocarmos os dados em seu panorama mais amplo, constatamos que a história brasileira tem sido profundamente marcada pela sociedade agrária, pelo desenvolvimento das forças produtivas e da relação de produção no mundo agrário. Se fôssemos especificar: a história da escravidão é agrária; o problema da abolição é agrário; o da Proclamação da República é agrário; a Revolução de 30 divide o poder entre as oligarquias agrárias e as nascentes classes sociais urbanas; o golpe de 64, independentemente das definições que se queira dar, não se explica sem a

¹ Jackson p.14, 2002

² Palestra proferida em 1978 in. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*, 2004.

aliança entre a burguesia industrial e agrária. Houve, inegavelmente, manifestações de vários setores agrários, articulados com setores urbanos para realizar a disposição de Goulart. O que se nota é que a história da sociedade brasileira é uma história do desenvolvimento de uma sociedade de cunho eminentemente agropastoril, com um seguimento, uma área que se industrializa, expande como setor industrial, chegando a ser muito importante, até a ganhar preeminência sobre o conjunto da economia brasileira. A produção industrial passa a ser preponderante sobre o conjunto da produção brasileira agropecuária na época de Juscelino. Nem por isso essa produção deixa de se beneficiar da produção agrária. (IANNI, 2004, p.143)

Traçar o histórico dessas análises pode ajudar a compreender as relações que os estratos marginalizados, camada social tão importante, estabelecem com a atual situação econômica do país e de que maneira construiu sua luta ativamente tornando-se um protagonista social na história brasileira, tendo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sua expressão mais forte.

Dentro desse enfoque, a presente análise pretende se firmar em três capítulos. Uma necessidade inicial é fazer um levantamento teórico de como se desenvolveu o conceito de camponês dentro do pensamento social brasileiro, mais especificamente, no caso do camponês paulista, o caipira, referente à área que estamos retratando. Tomamos como referência inicial a obra *Os parceiros do Rio Bonito* de Antonio Candido em que é feito um estudo sociológico que observa as transformações do modo de vida do camponês paulista a partir do contato com a sociedade de consumo já nas décadas de 1940 e 1950.

A unidade mínima de socialização desse sujeito histórico era o *bairro*, este definido e conceitualizado pela socióloga Maria Isaura de Pereira Queiroz (1973). A ideia de bairro pode trazer a tona o que muitas vezes é intentado reproduzir nos assentamentos de reforma agrária por meio das Agrovilas. A reinvenção dos arranjos sociais camponeses seriam a conservação desse estilo de vida rural. No entanto, se observará aqui as transformações econômicas, sociais e políticas que esta camada sofreu na última metade do século XXI, tornando o camponês isolado em agente político por meio dos movimentos sociais de luta pela terra, trazendo também uma nova discussão dentro do contexto rural, a questão da sustentabilidade. A análise se dá no sentido de compreender a transformação desse sujeito e observar nos assentamentos de reforma agrária a reprodução e a resistência do modo de vida camponês.

As mudanças sociais e macros, no entanto, não podem ser compreendidas fora de um contexto mais amplo. Quando se levanta a necessidade de pensar paradigmas é inevitável pensar os conflitos conceituais que surgem de análises que levam em conta modos de vida tradicionais, ou grupos onde se observa resíduos de tradicionalidade, com os elementos norteadores do moderno.

O que temos hoje é a afirmação de identidades distintas que lutam pela defesa da diferença. Essa defesa porém, segundo Marques (2004), não deve cair no particularismo assim como não perder de vista o processo social amplo e o que há de comum entre os vários segmentos sociais. Por isso a necessidade política, no contexto moderno, da construção de alianças, o que na prática se dá por meio das teias e redes sociais. O que os movimentos sociais contemporâneos estão compreendendo é que os movimentos sociais de luta pela terra aprenderam, por meio da prática, e mesmo da tentativa e erro, que este é o caminho. Um exemplo disso é o papel que a Via Campesina desenvolve hoje articulando movimentos e levantando discussões comuns para os movimentos do campo.

Sendo assim, pretende-se observar como a questão ambiental se alia à questão agrária na tentativa de compreender o meio rural. Pensando os limites e as consequências práticas do avanço do capital no campo é que novos paradigmas começam a tomar espaço nas discussões sobre a luta pela terra. Existem algumas transformações em curso que a internalização de sistemas agroalimentares estão provocando na agricultura em que a reflexão sobre terra, meio ambiente e sociedade é inevitável. Surge a necessidade de se pensar o desenvolvimento do ponto de vista ecológico e, conseqüentemente, novas formas de reprodução econômica e sociais. Segundo Ignacy Sachs *“O conceito de ecodesenvolvimento constitui uma tentativa de introduzir o manejo ecológico dos recursos naturais no desenho de esquemas de transformação das sociedades rurais.”* (1981 apud. SEVILLA GUZMÁN, MOLINA, 2013, p.59).

Unindo demandas, a articulação teórica da Agroecologia com o conhecimento tradicional camponês se torna um dos caminhos viáveis para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através também de articulações com a Via Campesina e outras redes, como ONG's e instituições.

Para entender como isso se dá na prática, através do discurso do MST, foi realizada para este propósito uma pesquisa de campo, de observação participante a fim de conviver e compreender com um grupo ecológico de assentados, que por meio de treinamento técnico, via MST, produz alimentos orgânicos, realizando a sonhada transição agroecológica.

Questiona-se na presente pesquisa se é por esta via que a campesinidade persiste e se é na agricultura familiar, voltada para a sustentabilidade e poliprodutora, que ela encontra seus meios de resistência, vislumbrando a perpetuação desse modo de vida por meio dos movimentos sociais de luta pela terra. As observações obtidas por meio da pesquisa bibliográfica, documental e pelo trabalho de campo levantam questões a respeito das transformações que o modo de vida rural passou desde a década de 1950, quando se inicia um

processo de modernização do Brasil. A tentativa é compreender a persistência deste sujeito que a modernidade por vezes pretende interpelar, mas que com as novas demandas e necessidades sociais pode se tornar um verdadeiro aliado à resolução de grandes problemas ambientais, sociais e de produção que a sociedade atual se vê na obrigação de solucionar.

O objetivo das pesquisas sobre os movimentos sociais no campo se torna importante quando é também uma tentativa de interpretar, no sentido de reinventar, a relação que a sociedade como um todo tem com esses grupos. Dessa maneira, busca-se a investigação e compreensão de um aspecto importante da sociedade brasileira como um todo sem, no entanto, perder de vista que toda análise pode ser limitada e questionada pelos diferentes vieses da ótica acadêmica.

CAPÍTULO 1

O camponês sob a perspectiva do pensamento social brasileiro

Entre a década de 1940 e 1950, a partir de uma etnografia realizada no município de Bofete, Antonio Candido escreve “Os Parceiros do Rio Bonito”, tese de doutorado que em 1964 é publicada como livro. Incorporando ora a tradição do ensaísmo, ora a perspectiva desenvolvida pela sociologia paulista a partir da década de 1940, sua análise tenta compreender o homem caipira,³ tanto em relação ao processo de formação da sociedade brasileira, como em relação ao processo de modernização pelo qual este mesmo homem passa e que em relação com o capitalismo global pode determinar a decadência de seu modo de vida.

A importância e relevância dessa obra está no fato de que ela não é apenas um estudo do parceiro e da sua relação com a sociedade abrangente, mas sobretudo levanta reflexões acerca das especificidades da formação da sociedade brasileira, herdeira de uma tradição de autores que iniciaram uma nova forma de analisar a sociedade brasileira, não apenas como uma colônia europeia, mas que no seu processo de formação miscigenado construiu novas culturas e novos modos de vida.

Antonio Candido inicia sua pesquisa em Bofete, município próximo à Botucatu, a partir da investigação iniciada acerca do Cururu, dança comum na cultura caipira, mas que possivelmente tem origem indígena. A partir da observação de que esta refletia as transformações sofridas por essa camada da sociedade a partir do processo de urbanização em São Paulo, Candido passa para uma análise mais ampliada desse modo de vida frente à sociedade abrangente dando ênfase a este outro sujeito da formação da sociedade brasileira, o sitiante pobre.

Seguindo o que estaria também em “Os Sertões” de Euclides da Cunha (2002) Candido reafirma a ideia de que teríamos no Brasil duas histórias diferentes, uma do interior

³ Ao nos utilizarmos do termo caipira, subentende-se o camponês paulista, morador da antiga Paulicéia (Candido, 1971) que abrange maior parte do Estado de São Paulo, parte do Sul de Minas Gerais e Espírito Santo. A denominação para os modos rústicos do brasileiro é utilizada também por Darcy Ribeiro(1995) em O Povo Brasileiro: “sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e Centro do país, gaúchos das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros, etc.” (p.21)

isolado, e outra do litoral mais desenvolvido e aberto à comunicação estrangeira. Isso pode ser observado mesmo após a Abolição onde a crescente urbanização dos grandes centros se afastaria cada vez mais do velho Brasil rural e tradicional. Pela ótica de Caio Prado Junior (2004) isso teria relação com o sentido da colonização que aqui se instaurou, com povoamento disperso no interior e concentrado no litoral já que a sociedade é organizada para gerar riqueza para o exterior. Esta análise, no entanto, entra em conflito com o que é desenvolvido por Candido, já que este desenvolve a compreensão da cultura caipira a partir do seu isolamento, assim como Euclides da Cunha, enquanto Prado a partir da sua relação de dominação com o sistema.

Os parceiros retratados por Antonio Candido viviam na fazenda Bela Aliança no município de Bofete sob um regime de parceria, onde o proprietário divide a terra com outras famílias desde que os lucros da produção sejam divididos. Isto ainda se divide em várias modalidades em *Os parceiros*. Esta fazenda, assim como outras no território paulista, era antiga produtora de café, que depois de um período decadente se tornou produtora de gêneros de subsistência. É justamente este tipo de produção: a exploração dos recursos naturais para obtenção de alimento ligada à manutenção da vida, o ponto central para compreender a rusticidade e as formas de sociabilidade dessa sociedade.

Tentando compreender por meio de uma etnografia e tendo como referência não declarada também os estudos de comunidade iniciados por Emílio Willens na Universidade de São Paulo na década de 1950, Antonio Candido desenvolve então o que seria a sociologia dos meios de subsistência recorrendo às noções de “mínimo vital” e “mínimo social” para interpretar a vida social a partir da alimentação. O que o autor desenvolve então em “Os Parceiros do Rio Bonito” é esta sociologia dos meios de vida que irá investigar como algumas culturas se organizam a partir do problema da subsistência, onde tal modo de vida é orientado em face de sua precariedade material. A partir da alimentação se estabelece a relação entre a obtenção dos meios de vida e as formas de sociabilidade. Essa questão está ligada também às investidas da modernização do país em meados do século XX, rompendo com a situação de isolamento dessas comunidades, ideia defendida por Candido, e que irá provocar abalos nas bases da sociabilidade rural, desde as relações patriarcais familiares até a questão da importância do compadrio e da relação entre pai e filho. A mudança e a crise apontada pelo autor demonstram que nessas situações o que se observa é a valorização do passado, porém não em um sentido estático, pois, assim como Queiroz (1973) também analisa na sua investigação sobre o camponês paulista, a sua origem e relação com o meio não é fixa, mas foi construída com base na provisoriidade e mobilidade. Tal relação pode ser vista como

elemento central da sociabilidade caipira. Sua origem está ligada à expansão geográfica dos paulistas, diferente do que ocorria em outras regiões do Brasil, na medida em que tais expedições eram abandonadas e iam fixando moradia. A definição de sua cultura, no entanto, como afirmado acima, está ligada a esta aptidão para o transitório com a combinação de traços indígenas e portugueses.

Segundo Candido (1971) a habitação era então observada como primitiva pela sociedade da época e o caipira produzia tudo o que necessitava, inclusive roupas. Locomovia-se para o comércio raramente para a compra do sal. A partir da agricultura extensiva, utilizando-se de práticas rudimentares como a queimada, o plantio do feijão, milho e mandioca constituíam o trio de alimentação básica do caipira, sendo o último substituído posteriormente pelo arroz. Por vezes se comia algum tipo de caça, frango ou ovos, mas a carne bovina era raríssima constituindo-se de uma frustração na alimentação do caipira⁴. Toda essa precariedade material se dispersava na organização social conhecida como bairro. Através do mutirão e das festas religiosas é que se quebra o isolamento e o núcleo familiar se relaciona com outras pessoas. A referida frustração alimentar com relação à carne bovina era um denominador comum entre os habitantes do bairro. Vale ilustrar esse aspecto levantado por Antonio Candido (1971), que denomina-o como fome psíquica, através do filme *A Marvada Carne* de 1985, do cineasta André Klotzel, que segundo Pereira (2007) faz uso da pesquisa sobre “Os parceiros” para caracterizar seus personagens.

A partir da ideia de que esta forma de alimento era um constante desejo para o camponês pobre é que se desenvolve o enredo do filme. Nhô Quim, que morava em lugar isolado no campo em companhia apenas de um cachorro e uma cabra, plantava o necessário para a subsistência, no entanto sente uma necessidade de mudança quando a vontade de comer carne e um casamento para ter quem cuide dele, se tornam as forças motrizes para que este se locomova de sua vida pacata em procura da satisfação desse desejo e arranjar uma esposa. No entanto, fica claro que a necessidade de comer carne parece mais urgente e constante que o matrimônio, sendo este realizado no meio do percurso e das façanhas de seus causos na busca pela carne bovina. Já casado seu desejo ainda não havia sido satisfeito até que novamente Nhô Quim sente um ímpeto de mudança e é na cidade grande que irá encontrar a satisfação de seu desejo.

⁴ Segundo Candido (1970) “O leite, o trigo, a carne de vaca eram e são excepcionais na dieta do caipira, constituindo índice de urbanização ou situação social acima da média.” (p.54). A caça de pequenas espécies supria esta necessidade cárnea, no entanto, segundo o autor e nas palavras de um velho informante : “tinha caboclo que envelhecia sem conhecer o açogue” (p.55)

O filme traça de maneira cômica o trajeto do homem do campo que excluído e em contato com os novos signos da modernidade se vê no ímpeto de transformar sua situação, porém muitas vezes vendo como única alternativa a mudança para a cidade. Não por acaso, a cena final do filme é um churrasco no que parece ser a laje de casas recém-construídas entre esses novos moradores da cidade que irão sobreviver nas periferias dos grandes centros. O longa ilustra de maneira cômica e engraçada o que na verdade pode ser descrito como a epopeia do caipira, mostrando o trajeto que sua história de vida faz na luta pela terra, e quando não, a sobrevivência no urbano. De certa maneira levanta também alguns dos pontos que evidenciaram a transformação de seu modo de vida.

Segundo Antonio Candido (1971), esses povos se organizaram a partir do gosto pela Aventura e pelo provisório, no entanto observou-se que os mesmos recorrem à tradição para se ajustar às novas situações. O que se tem então com a crise gerada pelo contato com o capitalismo é um jogo entre persistência e alteração. Parte dessa crise vem do fato de que a regularidade dos preços na compra do que necessita não é acompanhada pela regularidade na venda do que se produz. Este desequilíbrio pode ser interpretado como a chamada miséria no campo brasileiro. Dessa maneira, não apenas economicamente, mas todo o universo caipira vai se fragmentando, seguindo outras interpretações sociológicas da modernidade. Candido constata que já na década de 1950 as festas começam a diminuir na medida em que o trabalho aumenta, principalmente com o assalariamento do homem do campo.

A crise dessa cultura em face do contato inevitável com o capitalismo indicará ora persistência ora transformação em via dessa relação com a economia geral, diferente da sua, caracterizada como fechada e de subsistência.

Um dos motivos de transformação está principalmente ligado às mudanças no ritmo de trabalho, que precisa ser intensificado, pois o que o caipira produz não é suficiente para acompanhar as novas necessidades. Isso gera um desequilíbrio que pode conduzi-lo à miséria já que todo o seu estilo de vida, e mesmo sua noção de temporalidade, ligada ao tempo da lavoura, esteve sempre conectada ao meio e à sua relação com a terra.

Usar como referência a produção de Antonio Candido para a análise do sitiante paulista na atualidade se faz necessária no tocante às peculiaridades regionais que o homem do campo carrega, sobretudo, levando em consideração que não são análises engessadas, e compreendendo que sua obra é ainda hoje uma referência sociológica.

Hoje, podemos dizer que a relevância e curiosidades que norteiam as pesquisas sobre o campo, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) em sua obra “O campesinato

brasileiro” se deve ao fato de que esse estilo de vida, ao contrário de opiniões que previam sua extinção, se conserva.

O bairro rural enquanto espaço de reprodução social

A unidade mínima de socialização descrita por Antonio Candido (1971), e que eventualmente une famílias dispersas numa determinada localidade é o bairro. Este é definido a partir do sentimento de localidade, da convivência, práticas de auxílio mútuo e atividades mágico-religiosas. “O bairro é uma naçãozinha” diz Antonio Candido, reproduzindo a fala de um caboclo no documentário “O povo brasileiro”, inspirado na obra de mesmo nome do antropólogo Darcy Ribeiro. A sociabilidade entre as famílias é intensificada pelas festas, e são justamente elas, junto das rezas, novenas e mutirões que fazem com que essas famílias dispersas estabeleçam algum tipo de contato. Não por acaso, a noção que desenvolveremos mais à frente, é justamente o grau de proximidade que se intentou alcançar entre o antigo bairro rural paulista, organizado espontaneamente na história e os assentamentos Rurais estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conquistados pelas lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Uma referência não menos importante está nas pesquisas realizadas por Maria Isaura Pereira de Queiroz acerca dos bairros rurais paulista, a fim de compreender como se organiza e funciona a sociedade rural. Diferentemente de Antonio Candido que afirma haver uma degradação desta sociedade no contato com a industrialização, Queiroz em suas pesquisas posteriores à Candido questiona:

(...) estaria realmente o pequeno proprietário condenado à desorganização socioeconômica, ou era possível um reerguimento? Este implicaria numa melhor adaptação ao mundo moderno, que o trabalho de Antonio Candido parecia indicar ser inviável. (QUEIROZ, 1973, p.2)

A partir de sua análise sociológica Queiroz delimita o que podemos entender como bairro rural, muito próximo da noção de Candido. Enquanto grupo de habitat disperso, possui contornos consistentes para dar a noção de pertencimento. Os elementos agregadores eram a capela e o mutirão. Este último pode ser compreendido principalmente como uma importante saída viável para a produção familiar, já que o pequeno núcleo muitas vezes não conseguia

dar conta de certas atividades. Dessa forma se estabelecia uma gradação de dependência nas relações:

Estabelecia-se uma rede estreita de relações entre os roceiros pertencentes ao mesmo grupo de vizinhança, que adquiriam consciência da unidade e do funcionamento deste. Configuração social intermediária entre a família de um lado, e de outro lado o arraial, ou a vila, ou a cidadezinha, o bairro apresentava as formas mais elementares de sociabilidade da vida rústica, que se alargavam em diferentes graus a partir dele, na seguinte escala: a) relações familiares; b) relações de vizinhança; c) relações dos bairros entre si; d) relações com a região; e) relações com o exterior (isto é, com tudo que ultrapassasse a região). Tal gradação indica que os bairros, constituindo embora unidades funcionais relativamente autônomas, eram sempre tributários de um povoado ou de uma cidadezinha. Até que ponto estavam assim ligados? Este era um problema ainda a esclarecer. (QUEIROZ, 1973, p.4)

Partindo da perspectiva de que a definição de bairro de Candido busca uma interpretação mais cultural, sociologicamente Queiroz coloca em cheque este isolamento do caipira ou do ponto de vista da sociologia e da economia, o camponês, não deixando de se levar em conta a posição do bairro dentro do município observado. Para isso se faz necessária uma diferenciação entre os conceitos de camponês e o de agricultor, facilmente confundidos ou mal interpretados. A autora define como camponês o produtor rural que consome o que produz e utiliza para troca ou venda o que não emprega no consumo diário. Já o agricultor seria aquele que produz para o mercado, visando o lucro e especializando sua produção. A venda permite que ele compre tudo aquilo que não cultiva. De qualquer maneira são duas categorias de trabalhadores rurais que utilizam os braços da família, o que os diferencia em enorme grau de outras categorias como os fazendeiros, latifundiários, etc.

A problemática levantada por Queiroz é que mesmo convivendo eventualmente, seja por meio do mercado, da dependência econômica ou com o passar do tempo ou por meio dos meios de comunicação, o contato com a nova forma de civilização que estava se delineando por meados da década de 1950 ligada ao desenvolvimento do mundo moderno não fez com que esta civilização rústica se extinguisse. Ao contrário, ela persistiu. São essas formas de persistências que passaram a ser analisadas em outras vertentes e outros autores posteriores a Antonio Candido. Dessa maneira, analisando o caipira enquanto um modo de vida e uma cultura, regionalmente se observa que:

(...) a civilização caipira cobriu no passado as seguintes áreas: todo o litoral paulista (onde o caipira é sempre um caipira); o Vale do Paraíba; as serras da Mantiqueira, de Quebra-Cangalha, do Mar, de Paranapiacaba; o planalto paulista; a zona bragantina; a “depressão periférica paulista”, isto é, a zona de transição entre os solos arqueanos e os solos paleozóicos, principalmente ao longo do Rio Tietê (englobando a zona de Piracicaba, dos Campos Gerais, etc.); a zona do antigo”

Caminho da Mata”, que levava ao sul do país e por onde vinham as tropas de muares para serem vendidas na feira de Sorocaba; o planalto de Franca, caminho para as minas de Goiás e de Mato Grosso. (QUEIROZ, 1973, p.8)

Todas essas regiões sofreram transformações ao longo dos anos e a primeira delas pode ser observada com a expansão das fazendas de café no século XIX e depois com a industrialização que se disseminou. Outro fator que provocou rearranjos no campo foi a questão da imigração que incorporou um novo componente cultural em algumas regiões.

Dependendo da relação que o agrupamento tem com suas necessidades passa a enxergar o bairro não dentro do município, mas de uma região mais vasta. Se a relação com o município é precária isso os obriga a alargar a visão de mundo buscando outras regiões. O município muitas vezes fica aquém das necessidades manifestadas, o que demonstra a relativa facilidade de adaptação do caboclo. Faz-se necessário pensar a questão das necessidades do caipira, o que foi estudado por Antonio Candido, mas do ponto de vista de uma comunidade decadente, portanto, onde o consumo se reduzia cada vez mais. Não obstante, o novo caipira está inserido dentro do novo contexto brasileiro em que as possibilidades de consumo se alargaram com a possibilidade de crédito. O novo caipira tem relação íntima também com os meios de comunicação. Com exceção da internet, a televisão está presente fortemente em suas vidas. Desse modo não está excluído da lógica capitalista que cria as necessidades, mas a pergunta que Queiroz levanta é “estão vivendo dentro de suas possibilidades econômicas, ou muito aquém delas?” (QUEIROZ, 1973, p.127).

Por meio de suas análises, a autora conclui:

Chegamos à constatação, portanto da existência de dois tipos de cidade: a cidade independente de sua zona rural, cujo desenvolvimento ligado à indústria a torna estranha à vida do campo; e a cidade cuja finalidade principal é servir e organizar a zona rural, como seu centro político administrativo. (QUEIROZ, 1973, p.128)

Esta definição é importante na presente pesquisa, na medida em que intentamos compreender a relação que o Assentamento Carlos Lamarca tem com duas cidades limítrofes. Legalmente este pertence ao município de Itapetininga, porém as famílias satisfazem suas necessidades econômicas no município de Sarapuí, já que este é mais próximo. No relato dos assentados, no entanto, não é apenas a distância que os afasta de Itapetininga, mas também a relação quase que hostil que esta possui com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Podemos aferir então que não apenas as relações econômicas definem a relação do campo com a cidade, mas também a noção de pertencimento acrescida da problemática da compreensão que uma sociedade tem de um movimento social como o dos Sem Terra. Todas

essas questões se tornam problemas práticos quando as famílias precisam recorrer aos serviços de saúde, transporte escolar, etc.

Para Queiroz (1973), no entanto, a descentralização das funções citadinas pode ainda se constituir de um benefício, pois obriga os moradores do campo a tomarem conhecimento de um ambiente maior, estabelecendo novas conexões e tendo a experiência de outras realidades. Isso, dentro de uma realidade de assentados pelo Movimento Sem Terra, que foi observado e questionado por meio da pesquisa de campo, na medida em que aqueles que são atuantes dentro do movimento já carregam em sua história uma trajetória de migração e experiências externas ao campo.

Historicamente, portanto, a hipótese de que o caipira é aquele que viveu em completo isolamento não correspondeu à realidade. A economia o obriga a romper esse isolamento se quiser manter um nível satisfatório de vida. É o fator mais preponderante porque por mais que ele não queira, por exemplo, votar, registrar os filhos, casar legalmente, a necessidade econômica o move para outras regiões. Isto ocorre obviamente de maneira diversa dependendo da época e da região. Com a modernização do campo, o isolamento passa a ser quase impossível e este fator pode ser observado também em outros países como, levantado por March Bloch ⁵ com relação à França ou então por Thompson⁶ no caso da Inglaterra. A interdependência do camponês acaba sendo a única saída essencial para a manutenção de sua vida na atualidade, mesmo que por vezes esta relação possa ser de subordinação.

De maneira igualitária, o bairro rural não apresenta diferença de níveis sociais. Dessa forma não se observava grupos subordinados a outros grupos e segundo a autora existem mecanismos que acionados evitam a estratificação social. Um deles é justamente a periodicidade dos encontros coletivos. Se estes vão se tornando cada vez mais esparsos, a ideia de bairro, pautada pelo pertencimento, tende a desaparecer. O sentimento de pertencimento é um dos fatores mais fortes que faz com que se crie uma consciência grupal e quando este deixa de existir, sociológica e psicologicamente o bairro também vai deixando de existir. No entanto, Queiroz ressalta:

Todavia, cumpre não esquecer que os bairros rurais formam especificamente a maneira pela qual se organizaram as unidades de povoamento na história de nossa colonização e, como tal, foram a sede dos processos de aculturação e adaptação entre a civilização portuguesa, a civilização autóctone e a civilização

⁵ In. QUEIROZ, 1973.

⁶ In QUEIROZ, 1973

africana. Eis porque constituíram e constituem ainda hoje, quando tradicionais, os portadores por excelência de nossa civilização caipira. (QUEIROZ, 1973, p. 134)

Dessa maneira o que irá definir um bairro não são necessariamente suas relações econômicas, pois esta efetua a ligação deste com a sociedade global, mas a maneira dispersa de organização que ao mesmo tempo em que estão afastados através da periodicidade, produz a noção de pertencimento aos seus integrantes, sejam eles camponeses ou agricultores, mas, sobretudo pequenos produtores, economicamente falando. Não é, portanto necessariamente a cidade que irá colocar em risco a coesão dos grupos, mas outro fator importante é o aumento do número de fazendas de monocultura que impõe numa mesma região um ritmo de trabalho e convivência que não pertence ao universo do caipira. Este pode ser um forte elemento de desagregação, perda do folclore, etc. A relação com a cidade pode em alguma medida inserir a noção de estratificação social. No interior do bairro isso não se observa, visto que o trabalho é familiar e raramente se observou a noção de divisão do trabalho. Mesmo com alguma condição econômica pode-se inserir algumas famílias no que seria a classe média urbana, porém a família do campo não tem as mesmas preocupações materiais, não se preocupando, por exemplo, com a aparência externa de suas casas e levando uma condição de vida muitíssimo modesta.

Um dos grandes motivos apontado por Queiroz (1937) e já sinalizado em *Os Parceiros do Rio Bonito* é a ideia de que a decadência do bairro pode ter relação com a não participação direta dos moradores frente às responsabilidades das festas religiosas e obrigações coletivas. Quando estes não se envolvem no coletivo e não se responsabilizam por meio de ajuda-mútua os laços se desfazem. A importância das atividades em coletivo está justamente em manter a estabilidade social. As próprias questões que se desenrolam no seio da família camponesa acabam por interessar à comunidade, dentro dos padrões tradicionais do bairro. A prosperidade do grupo está diretamente ligada à frequência de atividades comum e o declínio da mesma à diminuição dos encontros. Desse modo, a religião e os mutirões, como já apontados, tem importância fundamental e em grande medida precisa ser observado quando se propõe realizar um estudo de caso empiricamente.

Queiroz (1937) afirma que dois fatores principais permitiram que este modo de vida persistisse até os dias de hoje em um país como o Brasil. O primeiro deles é a vasta extensão de terras desocupadas, sejam elas devolutas ou concentradas nas mãos de latifundiários. A maneira que estas terras foram ocupadas ou simplesmente abandonadas no Brasil permitiu que o indivíduo que não tivesse recursos se instalasse informalmente em pedaço de terra que

pudesse fazer a roça. O segundo fator é a falta de braços para uma possível expansão econômica já que originariamente a economia camponesa era fechada.

A questão da posse da terra na paulistânia, assim definida por Antonio Candido (1971), é outro fator que define esse modo de vida. O sociólogo Oracy Nogueira⁷, em seu estudo de caso no município de Itapetininga, onde se encontra o Assentamento Carlos Lamarca, objeto de estudo da presente pesquisa, encontrou em grande parte das terras de agricultura de subsistência a partilha informal entre herdeiros. Segundo sua pesquisa, uma grande parte dos descendentes dos antigos proprietários e mesmo os posseiros vivem em terras juridicamente irregulares. A situação vai se regularizando aos poucos e, no caso dos posseiros, por meio do reconhecimento da posse por usucapião. O gênero de vida observado em Itapetininga por Oracy Nogueira entre a década de 1950 e 1960 não é muito diferente do já observado em outras regiões paulistas por Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz. O sociólogo observou ainda, por meio de sua pesquisa, que no período em que realizou seu trabalho de campo, cerca de 70% dos habitantes rurais moravam em casas de sapé e piso de terra batida, caixotes utilizados no lugar de móveis convencionais, latas sendo utilizadas como vasilhas e uma aparente miséria generalizada que pode ser interpretada de diversas maneiras.

Outro fator que irá explicar a decadência do estilo de vida dessas populações, somado à diminuição de atividades coletivas, segundo Candido, é o que se observa quando o caboclo resolve substituir a policultura por apenas um artigo, visando algum lucro que no momento é difundido como verdadeiro. Seu nível de vida cai do ponto de vista material porque a partir desse momento ele precisa buscar em outros ambientes seus meios de subsistência e necessidades já que não produz uma variedade suficiente. Deixa de lado o artesanato e qualquer outra atividade que pudesse complementar sua renda. Como não consegue ter força econômica suficiente para competir no mercado e no contexto atual, isso se agrava mais ainda, restam-lhe poucas alternativas. Geralmente se vê obrigado ou a vender sua força de trabalho como assalariado, muitas vezes se submetendo à atividades desgastantes como o corte de cana sazonal, ou então partir para as cidades sobrevivendo perifericamente.

Essa explicação pode ser aplicada não apenas para os camponeses paulistas, mas para várias outras regiões do país já que não se observou uma política nacional de reforma agrária

⁷ Com um estudo encomendado pela UNESCO acerca das relações raciais na década de 1950, Oracy Nogueira escreve a obra “Preconceito de Marca-As relações raciais em Itapetininga” tendo Itapetininga como lócus de sua pesquisa. Desse período se originou também a obra “Família e Comunidade: Um estudo sociológico de Itapetininga” publicado, por sugestão de Darcy Ribeiro em 1962 e resultado de uma pesquisa de 10 anos (1947-1956)

ou regularização do trabalho no campo. No Nordeste, o empobrecimento e carência dos “bairros” estão ligados à migração. As regiões secas são fatores de expulsão enquanto as regiões industrializadas do sudeste são fatores de atração. No entanto, mulheres, crianças e idosos permanecem nos locais. A produção de subsistência a partir daí é precária porque estes braços cultivam áreas menores. O problema dessas questões não é apenas de nível econômico, mas também social. Dentro do bairro a estratificação não visível e praticamente inexistente, na sociedade global joga o caipira para seu extrato mais baixo, expondo-o à degradação social.

A posição social dentro do bairro se define muito por características pessoais e particulares, não necessariamente por posses e bens. Este fator, principalmente dentro do contexto do Estado de São Paulo, o mais desenvolvido do Brasil segundo critérios econômicos, pode inserir o camponês numa ruína sem volta, acumulando nas cidades uma mão-de-obra mal preparada engrossando as fileiras dos desempregados ou trabalhadores precarizados e favelizados.

Dessa forma, para que o problema da terra seja resolvido é preciso se pensar no sitiante proprietário, posseiro ou agregado, pois apenas dessa maneira os projetos de reforma irão contemplar a totalidade da população. As reivindicações que surgiram durante o século XXI são justamente um clamor para que essa parcela da população brasileira seja atendida por políticas públicas, pois esta é a camada mais importante da população ligada à terra no nosso país, mesmo que os incentivos acabem favorecendo apenas uma minoria com poder econômico. A questão não é apenas o da propriedade, mas também o de salvaguardar os direitos de quem trabalhou a terra, mas acima de tudo conseguir que esses sítiantes e assentados por programas de reforma agrária consigam aumentar seu rendimento, incorporando-os ao mercado sem prejudicar seu nível de vida e, sobretudo, seu modo de vida em alguma medida. A falta de terra não é propriamente o problema que se observa, mas a falta de instrução e falta de financiamento que somente por meio da organização e pressão dessa mesma população é que isso se torna viável em grande medida. Em muitos desses bairros (que eram fazendas de foreiros, parceiros e posseiros) esta organização se observou por meio da sensibilidade dos problemas e o surgimento de um líder natural, que ora pode ser religioso, ora privilegiado por suas características pessoais. Isso pode ainda ser usado a favor dos assentados em momentos de crise e de reivindicações, caso observado na história dos movimentos sociais do campo. Esse tipo de líder pode inclusive ser extremamente útil na aplicação de novas visões e maneiras de agir, rearranjando a comunidade e aproveitando os comportamentos tradicionais.

Incorporando-os ao mercado, aumentando produção e inserção social dos camponeses e assentados faz com que se evite a decadência de seus modos de vida e a quantidade desastrosa do êxodo que já se observou historicamente no Brasil.

A situação em que se viu o camponês no Brasil em grande parte da história acabou por criar uma radicalidade latente que no transformar das situações de trabalho e satisfação de suas necessidades fez desse caboclo relativamente isolado e de costumes rústicos um militante ativo que pouco a pouco começou a deixar receosa a elite agrária do país. A partir do que a história nos mostra hoje, podemos inferir que o processo de decadência do modo de vida rural não é irreversível, desde que existam condições que contemple o homem do campo dando subsídios para a manutenção, transformação e releitura de sua maneira de viver e se relacionar com a sociedade como um todo.

A terra e a possibilidade de reprodução social

A questão agrária no Brasil pode ser discutida sobre a ótica de diversas áreas do conhecimento, o que demonstra também sua complexidade na resolução dos conflitos que dela surgem. Apenas uma distribuição da terra realizada pelo Estado, claramente não resolveria os diversos problemas da produção de alimentos, acesso à formação, educação, e a solução da pobreza no campo. Para isso é inevitável refletir quem são essas pessoas que de parceiros, meeiros, assalariados, etc. entram nos movimentos de luta pela terra a fim de resgatar um papel na estrutura social que não lhes era garantido frente o avanço do capital no campo. Estas são condições pelas quais o homem do campo passa e a definição de sua situação, indicativa de uma orientação de valor, ultrapassa categorias como pequenos produtores, trabalhador rural, agricultor, etc.

Dessa maneira, segundo Pereira (2004), a reforma agrária é um processo ritualístico que para garantir a reprodução social camponesa precisa solucionar também a questão da produção agrícola. Para entender essa ritualidade é necessário pensar o significado que a terra tem para estas populações, pois é por meio dela que os sentidos e valores da vida se reproduzem.

O início desse processo ritualístico está na situação do acampamento, onde se cria uma situação de reciprocidade, numa forma de parentesco simbólico:

Nesse quadro, valores tradicionais, ainda que atualizados, emergem de várias formas, atribuindo-se a Deus ou ao destino o acesso à terra prometida, seja pela forma como são definidos os papéis de gênero na prática ou no discurso. (Woortmann, 2004, p.16)

Os acampados vivem uma situação de suspensão, onde se desvinculam da estrutura social a qual faziam parte, seja como assalariado, posseiro, etc. para se tornar sem-terra. A lembrança do período de acampamento, como observado na pesquisa de campo deste trabalho, é rememorada diversas vezes e em detalhe. É o período de maior força do grupo.

Com a vitória da luta pela terra o acampado conquista um status superior nessa tricondição ritualística. De sem-terra se torna assentado e conseqüentemente volta a fazer parte de uma estrutura social mais ampla. Uma nova estrutura na família é pensada a fim de refletir sobre a reprodução social que agora garantirá o patrimônio familiar para as futuras gerações. A Reforma agrária é, portanto, o caminho para que essas famílias se realizem socialmente.

Essa realização social passa também por um projeto social maior, quando engendrada por um movimento como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois, além de vislumbrar uma redistribuição de terras propõe a eliminação da pobreza e das desigualdades sociais. Com base no que se encontra no Estatuto da Terra, a reforma agrária teria como objetivo

estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. (Artigo 16, Lei nº 4.504, de 1964).⁸

Assim como já discutido anteriormente, a modernização no Brasil aconteceu de maneira peculiar e diferente dos países centrais. Pode-se dizer que hoje, o Brasil é uma potência econômica, mas o mesmo adjetivo não pode ser estendido às questões sociais e políticas. A reforma agrária hoje não tem se mostrado um entrave ao avanço do agronegócio, muito embora nos últimos anos o número de assentamento tenha caído drasticamente. Porém, quando o Estatuto da Terra foi criado em 1964, os militares tinham a intenção de barrar os movimentos sociais de cunho socialista dentro do contexto de Guerra Fria e naquele momento isso poderia ser um problema econômico. Hoje, a reforma agrária pode ser vista como um problema social, ligado à questão da pobreza.

⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm.

Para as ciências sociais as causas da pobreza sempre foram analisadas como estruturais, e não individuais. Desse modo podemos citar a exploração do trabalho pelo capital, o poder das elites, a alienação das pessoas, criada pelo sistema de exploração que as impediam de ter consciência dos próprios problemas. Para além das análises estruturais ainda se faz necessário levar em conta que tanto a pobreza quanto a desigualdade são acompanhadas de questões morais. Schwartzman (2007), em seu livro “As causas da pobreza”, ao trazer um panorama histórico dessas análises, cita inclusive Malthus, que teorizava o problema da pobreza dando como solução que os pobres controlassem seus impulsos sexuais. O protestantismo, por sua vez, enaltecia a riqueza, sendo esta reconhecida por Deus como uma virtude.

No Brasil, passado o período de repressão da ditadura, o que se observou, segundo Schwartzman (2007), foi a distinção entre o público e o privado pois a máquina pública passou a inchar. Este fator tem forte influência na noção comum de igualdade e desigualdade na percepção dos brasileiros. O autor dá como forte exemplo o fato de aposentadorias generosas e ensino público para ricos não serem vistos como injustiça social.

Seguindo este raciocínio, o latifúndio também não é visto como injustiça social. A evidente concentração de terra que se observa na nossa sociedade, desde tempos imemoriais não é questionada pela sociedade já que o que impera é a defesa da propriedade privada e dos direitos individuais. Tal fato parece ser sempre reforçado pela mídia e pelas políticas públicas já que a reforma agrária de fato nunca se efetivou satisfatoriamente e o que se observa na verdade é a criminalização de movimentos sociais que lutam por essa mudança.

No entanto, mesmo que a reforma agrária possa se integrar ao sistema capitalista, se realizada, ela é necessária na resolução de uma questão social. Ela tem como potencial ser um projeto de tecnologia que poderia incluir tradição e modernidade e através de um projeto bem construído, diminuir as duras consequências que a grande agricultura tem provocado no campo, nas diversas regiões do país, não só para os pequenos produtores, mas também populações quilombolas, caiçaras e indígenas.

Segundo Pereira (2004) existem três modelos de organização social abrangentes que ele define como: Sociedade tradicional (holística), sociedade moderna (individualismo) e sociedade socialista (socialismo).

No modelo holístico, em que o todo é mais importante do que a soma das partes, a terra traria a condição de liberto e é vista como um patrimônio familiar, que garante a reprodução da família ao longo das gerações. Esse sentido tem a ver com a qualificação dada

aos Assentados pelo Incra ⁹, no qual a família tem a posse da terra, porém não a propriedade. Esta é uma regra que tem como intuito barrar o uso da terra como valor de mercado, podendo ser passada para os filhos mas não para terceiros.

É importante ressaltar que o uso da terra é perpassado por questões morais que tem relação também com a maneira que o camponês trabalha a terra. Esta é uma relação de reciprocidade. Independente da relação burocrática que tem com a terra, esta significa patrimônio familiar quando ocupada. Em muitos dos assentamentos, a distribuição das famílias é perpassada por classificações de ordem moral: se a família é trabalhadora, honesta, sem vícios. A questão do lucro também é discutida e como preços e produtos são negociados, assim como a ajuda mútua na forma de mutirão, prática antiga mas que persiste nas sociedades camponesas até hoje.

Em Ramos (2009) , um estudo antropológico realizado no Assentamento Carlos Lamarca, observa-se o quanto as superstições acompanhadas de crenças religiosas influenciam inclusive na territorialização do espaço físico de um assentamento rural. O autor ressalta o quanto as performances orais apresentadas pela comunidade pesquisada demonstram situações carregadas de tensão no processo de perda de terra, migração, trabalho, MST e assentamento.

Para compreender o papel da terra no cerne do pensamento moderno Pereira (2004) recorre aos pensadores da filosofia e política. No modelo de sociedade moderna a terra é concebida como mercadoria. Ao longo da história essa mentalidade teve início no pensamento de Tocqueville, que com a “lei de sucessões”¹⁰ apresentou a concepção de propriedade da terra, no surgir da sociedade moderna . Tal lei, ao fracionar a terra, destituía seu caráter familiar tornando-a mercadoria. Isto é reforçado também por Locke, quando este afirma que a própria natureza do homem permitiu que este se apropriasse do bem comum tornando-o sua propriedade.

Na sociedade socialista a terra deve ser coletivizada, tendo valor de uso. Para Marx e Engels (1998), os camponeses, que estariam situados nas camadas médias da sociedade, deveriam se tornar proletários para que pudessem realizar a revolução socialista. Enquanto classe social, teriam uma inserção subalterna: o trabalho se realiza de forma independente e o

⁹ A posse da terra, e não a propriedade, tem como intuito barrar a ociosidade da terra sob a supervisão do Estado, via INCRA.

¹⁰ Tal lei regulava as heranças e, portanto, a partilha de terras. Ela ordenava a partilha igual dos bens do pai entre todos os filhos. Teve como consequência o fracionamento de grandes fortunas. (in. PEREIRA , 2007, p. 225)

que ele vende ao capital é o fruto de seu trabalho transformado em mercadoria. Trabalho não é separado do produto. Dessa maneira, camponeses se tornariam indivíduos, porém nas diversas sociedades que esta ideia foi levada a cabo encontrou resistências que inviabilizariam projetos revolucionários, tanto que com o tempo algumas correntes do pensamento marxista passam a revisar estas definições acerca do campesinato, que não era nem proletário nem capitalista, sem afirmar, no entanto, que Marx pudesse estar errado.

As transformações no conceito de campesinato

Muitas características do campesinato hoje com relação à década de 1950, por exemplo, do qual tiramos nossas referências bibliográficas, ainda são conservadas tendo como centro a família enquanto unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, levando-se em consideração as eventuais mudanças e crises que essa instituição sofreu ao longo dos anos. Este estilo de vida, se comparado com os padrões da tradição que os guiava algumas décadas atrás se alterou para pior, no sentido de afrouxamento dos padrões de sociabilidade, e se comparada com a sociedade brasileira industrializada como um todo, ela pode ser vista como miserável já que se inclui periféricamente.

Todos esses problemas observáveis se devem à chegada desse estranho no campo que é o sistema industrial, ou o modo de produção capitalista que no campo podemos denominar como agronegócio. Coincidentemente, em seu artigo “Com parente não se neguecia” Klaas Woortmann (1990) irá nos apontar como o negócio, no sentido moderno, é encarado pelo sitiante que tem na família o seu locus de sobrevivência e reprodução social.

O recorte que Woortmann (1990) faz do campesinato é mais no sentido de uma interpretação subjetiva. Visto que a terra, aquela que o camponês quer para plantar e não para possuir, pode ser entendida não somente como objeto de trabalho, mas expressão de uma moralidade. O conceito que melhor se encaixaria nesse tipo de análise é o de “campesinidade”, no qual possamos analisar este referencial em diferentes graus devido ao seu contato com o sistema capitalista de produção de bens.

A campesinidade pode ser comum a diferentes lugares e tempos, mas nem todos os pequenos produtores são camponeses. Levando em conta que são todos sujeitos históricos, Woortmann (1990) afirma que a campesinidade pode ser encontrada inclusive nas situações

menos camponesas, já que o que se intenta procurar aqui está no plano das representações e dos valores. O camponês puro, no sentido clássico do termo, dificilmente poderá ser observado devido à expansão do capitalismo e dos meios de comunicação. No entanto, a integração desse camponês no mercado ou a participação em movimentos políticos não significam baixa campesinidade.

A trajetória de vida em que se encontram esses sujeitos faz com que, ambigualmente, concepções consideradas morais convivam com concepções utilitaristas de mercado já que o movimento da modernização no campo abriu variantes para a transformação, ou reconfiguração da tradicionalidade. Como afirma Woortmann (1990), “em momentos de crise aguda numa ordem social e num ordenamento do mundo, os valores tradicionais como que sobem à consciência” (p.22) e dessa maneira o sitiante se move entre os dois mundos.

O negócio e o assalariamento, característicos das relações capitalistas de produção, podem passar então por essa perspectiva da moralidade no universo caipira, possuindo um sentido simbólico. Como já apontado por Antonio Candido (1971), é através da terra que o sentido simbólico das outras esferas da vida e a manutenção da mesma se dá. Ser proprietário está ligado à posse jurídica da terra, mas para ser “dono” é preciso que esta terra tenha sido trabalhada por uma família, independente de haver ou não propriedade jurídica. Este trabalho da terra, sempre passou pela ideia de reciprocidade entre iguais. Não raro podemos relacionar esta ideia com as principais reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra nos abrindo as possibilidades de análise desta problemática. Esta característica toca numa questão ideológica muito difundida entre marxistas que é a tese de que o camponês seria um conservador, ou um regresso num contexto revolucionário, no sentido de que é a favor da propriedade privada, argumento levantado por Karl Marx (2008) em “O 18 brumário de Luís Bonaparte”. O que na verdade não se coloca é que, além de estarmos tratando de contextos culturais diferentes, o que se observa no Brasil não é a necessidade da propriedade da terra em si, mas da posse que possa render lucros e a satisfação das necessidades das famílias.

Como José de Souza Martins (1993) nos coloca em seu livro “A chegada do estranho”, é importante, e em grande medida necessário, perceber a riqueza sociológica que podemos encontrar na situação do desencontro, do estranhamento, já que vivemos numa sociedade na qual as diferenças e contradições foram se ajustando com dificuldades sem um processo revolucionário que estabelecesse uma busca de igualdade.

O diferente se torna vítima nesse processo capitalista de exclusão e não é dado a ele o direito e o papel de cidadão, dificultando as possibilidades históricas de transformação política e reconhecimento social, visto que não só o capital ou o empresário são os estranhos,

mas a elite e todos os envolvidos nessa sociedade que não muda suas convicções sociais em face dessa maioria excluída, sejam os pobres do campo ou da cidade.

Temos então a partir da década de 1980 no Brasil, já com um histórico de movimentos camponeses antes disso, o surgimento de grupos, que muitas vezes são considerados como um atraso no debate sobre classes sociais, no caso dos camponeses, que passam a se tornar agentes de transformação colocando-nos o desafio teórico de analisar a realidade brasileira não tendo como referência apenas os estudos europeus. O camponês não é mais aquele que representa apenas o folclore, o atraso, a preguiça, etc. Hoje ele desafia o Conselho de Segurança Nacional ao invadir terras desocupadas, construindo um posicionamento político diante dos problemas nacionais.

Portanto, ao se estudar esses grupos sociais, que estão inseridos numa sociedade global, não se pode negar a eles a voz e o reconhecimento de que são sujeitos do conhecimento. Esta, segundo Martins (1993), deve ser a premissa das pesquisas das ciências sociais, pois ao tratar o modo de vida dessas sociedades como um senso comum irrelevante está se marginalizando esses grupos, quando na verdade esta perspectiva do camponês é uma interpretação da vida social, levando-se em conta ainda que o sitiante, no caso do Brasil e mesmo de outros países, não é radicalmente distinto do que podemos considerar como pessoas modernas, ou inseridas diretamente nos códigos da modernidade.

A despeito do que se construiu enquanto imagem desses grupos, “ambiguamente, o camponês europeu ou o sitiante brasileiro realizaram uma ética tradicional fundada na reciprocidade, na honra e na hierarquia, mas não permanecem à margem da história” (WORTMANN, 1990, p.68)

Devido ao grande número de conflitos em que estão inseridos contra o latifúndio, estes sujeitos veem suas vozes serem caladas, mal interpretadas pelos meios de comunicação e sua cultura ser banida do processo histórico. Nas pesquisas

os sociólogos têm sido tentados a tratar esse grande número de conflitos, isoladamente, como movimentos sociais. Porém, isoladamente, eles não são movimentos sociais, não têm características de movimentos sociais. Aparentemente, o alcance dessas lutas circunscritas (muitas das quais conheço diretamente) é muito pequeno. Portanto, não é conversando, apenas, com seus participantes que se pode apreender, na sua inteireza, o efetivo movimento social que está ocorrendo. (MARTINS, 1993, p.32)

Tomando o Movimento dos Sem Terra como expressão máxima no Brasil da Luta pela Reforma Agrária faz-se necessário compreender como essa moralidade e a

campesinidade irá se colocar nas questões políticas e por fim se reproduzir dentro dos assentamentos. Tendo observado por meio do trabalho de campo, e outras experiências em assentamentos, que a configuração espacial do assentamento pode ser investigada como uma possível reprodução social da noção de bairro rural já analisada por Antonio Candido (1971) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) desde a década de 1950, procura-se entender como todos esses conceitos se relacionam com a realidade que se pretende analisar na atualidade.

Segundo os autores referidos, a integração no bairro caipira é dada principalmente pelas festas religiosas e pelo trabalho coletivo, o mutirão. A própria noção geográfica do bairro é dada a partir da localização da capela, e nesse sentido, o bairro acaba se tornando independente do ponto de vista religioso, podendo ser considerado uma espécie de catolicismo rústico ou então mais aproximado do que conhecemos hoje por teologia da libertação, já que vê a usura ou o negócio como aspectos negativos da modernidade. Todas essas características podendo ser passíveis de análise dentro de um assentamento são norteadoras da presente pesquisa no intuito de pontuar a campesinidade do Movimento Sem Terra.

Ao pensarmos a caracterização de assentamentos não se pode deixar de levar em conta sua complexidade pois muitos dos desafios que este espaço apresenta tem relação com o seu caráter multidimensional. Além dos diferentes sentidos que este adquire para as diversas instâncias as quais se relaciona¹¹ (INCRA, PRONAF, EMBRAPA, etc.) abarca diferentes visões de mundo e significados da terra entre as famílias que abriga.

Desde sua gênese, um assentamento de reforma agrária pode ser visto dentro de uma relação contraditória entre as lógicas tradicional e moderna, já que é marcado entre o diálogo dos sem-terra e as influências modernas da ordem social na qual estão inseridos. Enquanto (Taussig apud Marques, 2004b, p.258) a modernidade apresenta uma visão atomística e mecânica da realidade, as sociedades tradicionais que mantêm seus resíduos nos sujeitos que lutam pela volta à terra, entram em choque com tais signos já que têm uma visão relacional.

Por esse motivo, o tipo de espaço que um assentamento vai se transformar depende dessa relação entre os projetos que o INCRA e o próprio MST desenvolvem no processo ideológico de formação e a maneira que os indivíduos, coletivizados na luta irão assimilar. Ao serem assentados a área fica sob uma intervenção temporária do governo federal. Não raro estará sob programação e controle para imposição de certas práticas.

¹¹ Instituições governamentais, em sua maioria, com programas de fomento técnico e linhas de créditos agrícolas voltados para a agricultura familiar e assentamentos.

As definições teóricas que orientam parte das ações, assim como a construção ideológica do que irá ser difundido pelos movimentos sociais do mundo rural, dependem também dessa compreensão dos diversos sujeitos, e principalmente do fato de que conceituar o campesinato é algo conflituoso no plano das ideias, quando muitos teóricos inclusive já previram sua extinção.

Pensar o campesinato como uma categoria em extinção pode ser algo passível de refutação visto que tal afirmação pode ser encarada como instrumento de luta ideológica. O fim do campesinato justificaria o modelo dominante de produção agrícola, no entanto, como o rearranjo econômico se apresenta, este não é uma máxima aplicável às diversas realidades de um país como o Brasil, por exemplo, e a América Latina no geral, vivencia.

Existem três matrizes nos ideários marxistas que interpretam a questão da agricultura e do campesinato, fruto do debate intelectual e político da Rússia do século 19. Elas tem relação com o papel da forma de manejo dos recursos naturais no processo histórico, a natureza da agricultura e a evolução do campesinato: o marxismo ortodoxo, a corrente baseada no movimento narodnik russo e o pensamento de Alexander Chayanov (GUZMÁN; MOLINA, 2013).

Para pensar essas correntes no nosso contexto é preciso fazer uma reflexão a respeito de nossa matriz sociocultural, especificamente latino-americana. De países colonizados, o que se deu por conseguinte foi um processo de descolonização incompleto, instaurando-se um domínio ideológico do Ocidente onde qualquer manifestação de grupos indígenas ou tradicionais é visto como uma oposição ao progresso em curso. Não é diferente quando falamos dos camponeses que resistem no território rural até hoje. Por conta dessa heterogeneidade observamos diversas conflitividades no seio das classes oprimidas.

A corrente do narodnismo russo, ao contrário do marxismo ortodoxo, se baseia numa práxis intelectual e política que vai contra a ideia de evolução do capitalismo que prepararia as condições materiais para o socialismo, em que tal modo de produção precisa ir até suas consequências finais. Herdou do anarquismo de Bakunin¹² a interpretação do campesinato como agente revolucionário.

O marxismo ortodoxo, por sua vez, interpreta a agricultura como um ramo da indústria. Esta análise, presente inclusive nas correntes liberais, decorre da interpretação histórico linear dos modos de produção. A superioridade da grande empresa agrícola no

¹² Segundo Guzmán e Molina (2014) Bakunin via como positivo no campesinato a convicção de que a terra é integralmente do povo, a autonomia política e a posse da terra como um bem coletivo.

capitalismo seria irrefutável havendo sempre uma contraposição entre a grande e a pequena exploração. De fato este é um apontamento concreto no sistema capitalista atual. No entanto, o que não foi observado pelas teorias marxistas ortodoxas, mas que outros autores posteriores, como Rosa Luxemburgo, apontaram que dentro do próprio capitalismo existem espaços vazios onde coexistem regimes de produção diferentes e que podem existir inclusive um intercâmbio entre eles.

O que os autores levantam na verdade é que esta discussão, observando-se o desenvolvimento histórico do capitalismo na América Latina, pode ser limitada, quando o que observamos hoje são sociedades parciais com culturas parciais. Esta parcialidade não significaria limitação, mas uma discussão que ultrapassa a delimitação econômica de estar ou não totalmente inserido em um sistema maior. Porém, é importante refletir sobre as transformações que o camponês sofreu ao longo de um processo histórico de adaptação nos contextos em que esteve inserido, levando em conta que tais transformações não ocorrem apenas na base material, mas também no plano das ideias.

Do ponto de vista teórico-cultural, hoje existem várias definições para o que podemos compreender por campesinato. Segundo Guzmán e Molina (2014, p.75) algumas das definições sugerem que seria uma categoria integrante de uma parte da sociedade maior; um tipo de racionalidade econômica que repudia as tecnologias; um grupo pertencente a um regime de produção já concluído e totalmente inserido no capitalismo; apenas um modo de produção; e por fim uma sociedade parcial com uma cultura parcial. Para além dessas caracterizações existem ainda as definições econômicas, históricas, etc.

É importante pensar qual a real relevância em se discutir essas diferentes definições: camponês, agricultor familiar, pequeno produtor, etc. e se na verdade elas não estariam intercambiadas. O problema está em tentar definir com exatidão um grupo social que havia existido desde sempre. Existiriam teorias comuns que dão conta de todas essas mudanças?

Para Marques (2004a) o que se tem marcado com o contexto é a oposição do território camponês com a nova territorialidades dos fazendeiros, que orientará novas análises.

Não se pode negar a inserção crescente do homem do campo na sociedade de consumo. Isso implica uma maior integração aos valores da sociedade dita moderna. Não significa, no entanto, que em sua maioria camponeses ainda intentam migrar para as cidades e construir suas vidas sobre os valores urbanos. Muitas vezes a experiência urbana é vista como instabilidade profissional e algo não definitivo. Por necessidade, a vida do homem do campo muitas vezes é marcada por essa experiência.

Mesmo com esse novo contexto em que a territorialidade camponesa se opõe com a camponesa alguns autores, estudiosos do campesinato, acreditam que tal cultura tem suas características dadas pelo relativo grau de isolamento que vivem em relação ao capitalismo, este sendo uma constante ameaça de desestruturação desse modo de vida.

Outros autores mais contemporâneos, no entanto, como José de Sousa Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira¹³, afirmam que a sobrevivência do campesinato enquanto cultura, se deve principalmente pela integração a um sistema econômico maior.

Para esta última interpretação, Marques (2004a) retoma o que Thompson define como cultura em sua obra “Costumes em comum”. A cultura pode ser vista como um conjunto negociado de valores e significados para um conjunto de técnicas num contexto marcado pelo conflito. Seria então através de conflito e negociação que a cultura camponesa se define num contexto marcado pelos signos da modernidade. Sua estrutura tradicional está ligada a uma rede familiar extensa, que muito tem a ver com a manutenção da tradição. Isto pode se chocar a priori com a modernidade impelida pelo capital através do mercado, dos meios de comunicação, etc. A própria noção de civilidade encontra como espaço privilegiado a cidade, o espaço do indivíduo. Isso explicaria a inserção periférica dos camponeses na luta por direitos, e consequentemente, por terras.

¹³ Apud. Marques (2004a)

CAPÍTULO II

A agricultura no Brasil e a guinada para o Agronegócio

Todas as transformações econômicas ocorridas na década de 1980, que são na verdade o culminar do processo histórico em que o Brasil mergulhou durante a ditadura militar, não podem deixar de ser vistas também de um ponto de vista global. As políticas de ajuste econômico se inserem num contexto que se inicia com a crise do padrão monetário e os choques do petróleo da década de 1970. O Ocidente passa por uma nova ordenação da hegemonia capitalista a partir da crise do socialismo e das fortes investidas do neoliberalismo. O que ocorre na verdade é uma reafirmação da hegemonia americana. O contraditório é que no Brasil se observou uma distância entre processos reais e doutrinas assumidas por políticas de estabilização que, segundo Tavares (1996), sempre foram acompanhadas por pressões externas.

A partir da criação do Estatuto da Terra, idealizado pelo governo João Goulart instituído durante a ditadura a fim de diminuir a movimentação camponesa, teve primordial importância na medida em que destacou a função social da propriedade agropecuária e apresentou como objetivos a consolidação do uso da terra. A partir dele se viu a possibilidade de desapropriação de terras improdutivas e possibilidade de promoção do homem rural. Esta função social estava diretamente ligada ao bem estar de proprietários e trabalhadores. Após o golpe da ditadura militar a possibilidade de reforma agrária se trava e a possibilidade de pensar a resolução da questão da pobreza no país é engavetada, pois se faz a opção pela modernização agrícola com fortes incentivos públicos aos grandes proprietários. A partir do crédito rural subsidiado, acabou se favorecendo algumas empresas e indústrias químicas já que o crédito, muitas vezes, só era possível devido as suas restrições aos grandes proprietários. A agricultura sofre então uma transformação incentivada pelos próprios governos.

Esta realidade foi fruto de um passado econômico específico, onde um modelo de gestão econômica sempre esteve dominado por grupos econômicos privados que recorriam ao acesso privilegiado ao Estado para defender interesses particulares. Essas relações criaram no Brasil a falsa ideia de que a exclusão era um fator natural e esta seria superada com o

desenvolvimento econômico do país.

O contexto histórico que originou o desenvolvimentismo dos anos 1950 tem origem na crise internacional dos anos 1930, período entre as duas grandes guerras, que criou condições para a modernização do setor urbanístico e industrial brasileiro. O antigo modelo agroexportador mostrou seus limites e isso passa a ser questionado por uma nova representatividade política e econômica, figurada na classe média urbana insurgente que tinha forte interesse em desmontar o poder das oligarquias. As elites passam a apoiar o Estado no projeto desenvolvimentista. No governo militar a partir de 1964, tem-se a intensificação desse modelo onde o Estado se associa aos capitais privados nacionais e internacionais, o que explica também o crescimento do setor público. Com um forte redirecionamento para a exportação, o governo Geisel, desagrade o empresariado e o modelo desenvolvimentista começa a demonstrar seus limites na medida em que o mercado internacional começa a entrar em crise com o problema do petróleo e a recessão das economias industrializadas. Na década de 1980 percebe-se o esgotamento daquele modelo e daquele Estado, no entanto, o novo Estado que precisa se construir tem como desafio resolver os problemas da herança desenvolvimentista.

Dentro desse contexto, a região sudeste do país acabou se consolidando com uma estrutura industrial das mais desenvolvidas da América Latina, com relativo dinamismo exportador e produção diversificada. No entanto, sobre disparidades que consolidaram o quadro histórico de desigualdades no Brasil.

Deve-se lembrar que, apesar do autoritarismo, o Estado desenvolvimentista jamais realizou qualquer tipo de reforma agrária e tampouco interveio sobre o processo de monopolização do espaço urbano, o que acabou empurrando imensas massas de imigrantes rurais para os vários tipos de economia informal urbana, ou simplesmente para o estado puro de marginalidade com relação aos mercados de trabalho, de consumo ou de acesso aos serviços sociais básicos. (FIORI, 1996, p.146)

Os entraves desse problema surgem frente à potencialidade que o país foi adquirindo na área do agronegócio. No entanto, o cultivo de monoculturas voltado para o mercado externo, aos moldes do sistema capitalista exploratório, acaba por se tornar também uma das principais preocupações ambientais no Brasil. O uso de insumos, agrotóxicos, a parceria com as grandes indústrias químicas, etc. acabam por monopolizar a produção excluindo o pequeno produtor, que ainda representa uma parcela considerável da população rural brasileira.

A questão agrária brasileira expõe o caráter contraditório de nosso passado colonial frente às modernizações. Dessa maneira o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) resulta de uma modernização conservadora no campo e também do que ficou conhecido como *revolução verde*. Esta, mesmo com todas as melhoras nas práticas agrícolas, com o passar dos anos sofreu críticas por ter a sua sustentabilidade questionada e servir apenas aos interesses do mercado. O problema da fome passou a ser encarado como uma questão técnica. A revolução verde se contrapõe à revolução vermelha no contexto da guerra fria. No entanto, nos países de terceiro mundo acabou por tornar o latifúndio ainda mais produtivo.

Fator importante a se questionar é até que ponto a monocultura é prioritária no nosso país. Esta pode ser do ponto de vista dos investimentos econômicos, produção de insumos, indústria química, etc. Mas as terras de policultura ainda são um percentual forte e contribuem para a produção dos diversos gêneros alimentícios não contemplados pelas políticas do agronegócio. É nesse ponto que se insere a questão da problemática do campo hoje e a luta pela terra do MST que ganhou força a partir da década de 80.

Compreender como se desenvolveu a lógica de produção no campo exige compreender também sua relação com a cidade e com o sistema capitalista em si. Essa relação, porém, é um tanto quanto contraditória. O que se percebe é o capital se apropriando de relações de produção vistas como não capitalistas. Isso se dá por meio da questão da terra, na medida em que o capital se reproduz e tira o seu lucro por meio da sujeição e expropriação da terra, deixando ao camponês o mínimo necessário à sua reprodução física.

Assim, estamos diante de dois mecanismos de monopólio do capital em relação à produção no campo. “De um lado, o monopólio na produção, subordinando a circulação à produção. De outro, o monopólio na circulação, subordinando a produção à circulação.” (OLIVEIRA, 1996, p.11).

É por meio então da sujeição da renda da terra que o capital entra na vida do camponês e é justamente lutando contra ele que se evita atingir o nível evidente dessa relação: tornar-se assalariado ou “boia-fria”.

A questão da terra é complexa e tem direta relação com a economia brasileira, inserida no mercado mundial. Nas últimas décadas do século XX observou-se uma expansão violenta de produtos de exportação em detrimento daqueles que seriam para satisfazer a produção e consumo interno. Isso provocou por vezes alteração quase que imposta pelo mercado nos hábitos alimentares da população brasileira. Oliveira (1996) cita o consumo da soja, do suco de laranja industrializado, entre outros. Isso demonstra o quanto a agricultura

passa a ser marcada pela industrialização, logo que os dois modos de produção acabam por ser parte do mesmo processo. Na medida em que desenvolveu maneiras de se apropriar também do campesinato, esse sistema econômico acaba por territorializar os espaços monopolizando o território “sem, entretanto territorializar-se” (1996).

Essa expansão do capital pressiona os moradores do campo na busca da recuperação por terras expropriadas e assim se constrói a luta. A luta pela terra no campo só poderá ser feita na cidade, na medida em que as marchas dos camponeses precisam e devem ecoar pela cidade e pelo seu aparato político e informacional. Segundo Oliveira,

Nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade da sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. Quando essa possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista. O Movimento dos trabalhadores Sem-Terra é um bom exemplo dessa nova realidade. (OLIVEIRA, 1996, p.26)

Entender a expansão das cidades também é tentar compreender o que ocorre no campo. Os vários problemas referentes à compreensão da questão da terra, do MST, entre outras questões campesinas, se dão principalmente na separação simbólica que sempre se fez entre cidade e campo, cristalizado no imaginário social como se as duas coisas fossem territórios estanques e significassem estágios opostos de progresso e evolução. Nessa medida, a resolução dos problemas do campo que se dão na cidade, ficam emperradas porque por mais que a reforma agrária se faça no campo, ela só pode ser ganha e vencida no espaço urbano de discussão.

Essa luta, porém está na dificuldade de acesso a terra, que tem origem nas capitâneas hereditárias e nas sesmarias. Com a Lei de Terra de 1850, o terreno era preparado para o fim da escravidão, ou seja, permitir o acesso a terra somente por compra ou venda, negando aos escravos libertos essa possibilidade. Desse modo, ao longo dos séculos de história do Brasil, Oliveira afirma que pouca coisa se transformou na estrutura fundiária.

A respeito da discussão em torno da agricultura camponesa, do ponto de vista político econômico, e não especificamente cultural, as diversas teorias parecem seguir por dois caminhos quando observam a inserção do capitalismo no campo (1996). Alguns acreditam que isto irá acarretar a destruição do campesinato, gerando o camponês rico ou pobre, este que irá por fim se tornar proletário. Outro caminho de explicação seria a

modernização do latifúndio, incorporando economicamente o campesinato. A persistência do campesinato é vista apenas como um resíduo, que cedo ou tarde irá se extinguir.

Um ponto importante discutido por Oliveira (1996) é que nem sempre relações propriamente capitalistas irão aparecer como parte integrante da reprodução do capital no campo. O caso exemplar é a questão da propriedade da terra, que por meio das diversas relações que estabelece no campo, acaba se tornando fonte de lucro e reprodução do capital, mesmo que não se apresente como tal. Esses tipos de relações é que fazem do posseiro aquele que perambula em busca de melhores condições de vida e do pequeno produtor um migrante.

A fim de compreender a agricultura camponesa é importante definir os elementos estruturais pelos quais ela se reproduz. São eles a *força de trabalho familiar*, a base inclusive para outros tipos de relação como o trabalho assalariado, a ajuda mútua e a parceria. Quando o seio da família não consegue suprir as necessidades da atividade entra o *mutirão* e a *ajuda mútua*, como já relatamos, elementos que fazem parte do universo do trabalho camponês, mas que é também uma prática cultural de forte agregação social. Um segundo elemento importante é a *parceria*, também analisada do ponto de vista cultural por Antonio Candido, mas que frente ao avanço do capital pode ser vista também como uma relação de trabalho. Existe ainda o que Oliveira (1996) denomina de *trabalho acessório*, esta é a maneira que o camponês encontra de complementar a renda, trabalhando quando necessário como assalariado, porém sem transformar o universo de trabalho familiar em que está inserido. Dessa maneira o trabalho assalariado é parte integrante desta unidade, mesmo quando é ele o contratante. Existem momentos críticos da colheita agrícola em que vez ou outra isso se faz necessário, e não é por este motivo que o camponês se torna propriamente um capitalista, pois a relação social de produção não é estritamente capitalista se analisarmos a finalidade da sua produção. A socialização do camponês, desde seu nascimento passa a incorporar estes elementos, partindo da socialização primária e da secundária, onde a criança é inserida no trabalho familiar.

Quando o camponês não tem ou perdeu a propriedade da terra fica à mercê das práticas de parceria ou então se torna um posseiro. A primeira família que tivemos contato no assentamento Carlos Lamarca relatou esse processo que sofreram e que acabou levando-os ao movimento. De parceiros (eram meeiros em uma grande fazenda de Minas), se tornaram assalariados no Paraná, transferiram-se para a cidade de Sorocaba e por meio das reuniões da igreja tiveram acesso ao movimento e a insatisfação de várias outras famílias frente ao processo violento de expropriação a que foram expostos.

Frente a esse contexto, que é histórico e expropria os povos do campo desde o período colonial, percebemos um novo trato ideológico da questão agrária no Brasil, com as recentes conquistas da grande agricultura, que hoje se denomina Agronegócio. Este tem se colocado como um novo discurso. Meios de comunicação apresentam constantemente a opinião governista sobre as conquistas do Agronegócio como algo positivo. É necessário refletir até que ponto isto não é uma construção ideológica das classes dominantes, hoje representadas nas bancadas ruralistas e nas grandes empresas agroprodutoras, a fim de dar uma nova roupagem às velhas relações de produção. O enfoque, ao contrário da ideia de que o latifúndio gerava a exclusão pela improdutividade, hoje é no fato de que esta é gerada pela intensa produção de largas terras. Por meio do discurso do desenvolvimento, além de continuar concentrando terras e se utilizando de mão de obra precarizada, o agronegócio faz uso de relações sociais já consolidadas no país desde a colonização: a colonialidade do saber, da tecnologia voltada para ideia de progresso produtivo que ainda está nas mãos de uma elite. Em nome da modernidade um país ainda colonizado.

Canuto (2004), utilizando os dados estatísticos do Incra (2003), traça o panorama dessa concentração:

(...)as pequenas propriedades, com menos de 200 hectares, somam 3.895.968 imóveis. Elas ocupam uma área de 122.948.252 hectares e absorvem 95% da mão-de-obra do campo e ainda assalariam 994.508 pessoas. As médias propriedades, com 200 a 2000 hectares, 310.158 imóveis, ocupam 164.765.509 hectares. Absorvem 4% do pessoal ocupado (565.761 pessoas) e assalariam 1.124.356 pessoas. Já as propriedades acima de 2000 hectares são só 32.264 e ocupam 132.632.500 hectares. Estas absorvem o trabalho de 45.208 pessoas (0,3%) e assalariam outras 351.9425. (CANUTO, 2004, p.4)

Somado a isso, temos a substituição da mão-de-obra por máquinas nas grandes fazendas, o uso de trabalho degradante convivendo lado-a-lado com altas tecnologias, a grilagem, o desmatamento, problemas ambientais e por fim, os diversos conflitos em áreas em que os grandes fazendeiros detêm o poder político local.

A noção de desenvolvimento se coloca em cheque quando nos deparamos com dados como este. Segundo Veiga (2000), uma entrave, dentro da intelectualidade brasileira, para compreender a fundo estes problemas está justamente no fato de que não se relacionam no ideário midiático, e mesmo de políticas públicas, a relação entre crescimento e desigualdade.

Para demonstrar isso, Veiga (2000) afirma que a pobreza no Brasil tende a ser maior no meio rural em todas as regiões mas, na região mais rica e desenvolvida do país, o Sudeste, ela é proporcionalmente maior. O mesmo autor levanta a hipótese desenvolvida por alguns

teóricos ¹⁴ de que o crescimento alavancado por um determinado setor da economia só poder ser durável se os benefícios do surto inicial forem distribuídos de maneira igualitária, permitindo o aprofundamento de mercados, ou seja, o crescimento será favorável se a distribuição de renda for menos desigual. Segundo Veiga (2009) duas conclusões foram tiradas dessas hipóteses que realizaram estudos empíricos em países desenvolvidos e com políticas públicas de distribuição de terra e incentivo à agricultura familiar: “ i) a desigualdade na distribuição da propriedade da terra sempre apresenta correlação negativa com o crescimento subsequente; ii) quanto maior a desigualdade de riqueza e de renda, menor o crescimento, principalmente nas democracias.” (VEIGA, 2000, p.18).

Em países como Estados Unidos e França, o autor levanta dados demonstrando que quando se opta pelo incentivo à agricultura familiar, não se está privilegiando apenas o aspecto social da reforma agrária, mas também econômico, e este é um fator que parte da intelectualidade brasileira, segundo Veiga (2000), muitas vezes se ignora. Pode-se dizer que está em crescimento um novo perfil de rural frente às adversidades que os ambientes urbanos tem proporcionado, como violência, poluição e trânsito. Nos países citados o autor observa que há uma estabilização da população agrícola, com tendências a aumento do peso relativo da população rural. Mesmo que a população rural fixa não aumente, cresce, por exemplo, o turismo agrícola, a busca de locais onde se desenvolvam práticas sustentáveis, ecovilas, etc. Este novo panorama também pode ser observado no Brasil. Se não olhado com atenção pelas políticas públicas, perde-se uma situação onde há favorecimento de comércios locais, artesanato e o mercado de produtos agropecuários diferenciados. Isto envolve um grande número de agricultores que não conseguiram, ou não puderam, se inserir nas grandes cadeias produtivas do mundo rural, e é onde famílias de assentados que desenvolvam práticas agroecológicas podem se desenvolver.

A questão importante que se coloca frente à esta realidade é pensar qual o rumo estratégico de desenvolvimento a sociedade brasileira irá escolher, pensando o seu espaço rural. Caso faça a opção pelo patronato agrícola (VEIGA, 2000), tendência observada nos últimos anos, não se pode prever muito aumento na oferta de trabalho, influenciando inclusive nos índices de desemprego urbano já que tem relação direta com o progresso tecnológico. Esta opção, no entanto, é viável, como tem se mostrado, mas pode ser desastrosa em termos de distribuição de renda e qualidade de vida.

¹⁴ MURPHY; SHLEIFER & VISHNY, 1989 apud. VEIGA, 2009.

O incentivo à agricultura familiar, dentro desse quadro, ainda é visto por parte da sociedade brasileira, principalmente aquela ligada a grupos conservadores que vê na reforma agrária apenas o fomento para resolver uma questão social, quando na verdade tal iniciativa pode ter influência direta no desenvolvimento não só social como também econômico à longo prazo.

Para isto, uma forte discussão nos setores econômicos, está ligada ao próprio conceito de desenvolvimento em si. A maioria dos países no mundo concentrou seus esforços na industrialização e no desenvolvimento econômico a fim de elevar os índices do Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento econômico, nessa perspectiva, é visto como meio e fim do desenvolvimento dos países. Porém, o aumento no padrão de consumo, alcançado pelos altos índices do PIB, tem levado vários setores da sociedade a questionar os efeitos do crescimento econômico e como isso afeta o padrão de vida do homem. Isso foi percebido principalmente a partir da década de 1990, quando a preocupação com a oferta futura de bens e serviços indispensáveis para a reprodução da vida humana passa a se tornar um questionamento inevitável devido às experiências e dados já experimentos pela sociedade, tais como o aquecimento global, desmatamento de florestas, acidentes nucleares, etc.

Segundo Oliveira (2002), o conceito de desenvolvimento, independente da concepção e área de conhecimento, deve levar em conta crescimento econômico atrelado à melhoria na qualidade de vida. Esta é uma preocupação crescente desde as consequências globais da Segunda Guerra Mundial. Em 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) , composta por 51 países no período, tinha o propósito de contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento dos países participantes. Desde então, tal organismo tem contribuído, mesmo que com controvérsias e limitações, para o avanço e debate da temática.

Porém, ainda este debate não foi bem esclarecido para parte da sociedade intelectual e promotora de políticas públicas, assim como dos governantes e suas orientações ideológicas.

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados freqüentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejudica, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento. (Scatolin, 1989, p.06 apud. OLIVERA, 2002, p.39)

Economistas veem então surgir a necessidade de um conceito que leve em conta todas as variáveis, assim como as especificidades de cada região e sua história de construção

social. Este deve ser encarado como um processo de mudanças de ordem econômica, política, humana e social.

Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p. 39)

Dentro dessa definição, não se pode obviamente descartar a importância do desenvolvimento econômico no combate à pobreza e na elaboração de um padrão de dignidade da vida humana em suas específicas sociedades. O que se coloca em cheque com as consequências dos padrões anteriormente adotados, é o sentido do desenvolvimento. Para isso Oliveira (2002) aponta que algumas correntes do pensamento, ligadas à questão da justiça ambiental, não acreditam que seja possível a eliminação das contradições sociais e ambientais dentro do sistema capitalista. Outras defendem o desenvolvimento sustentável, onde o desenvolvimento econômico esteja atrelado à ideia de que os interesses da geração presente, e principalmente futura, sejam garantidos.

Dentro da perspectiva econômica, foi comum associar desenvolvimento à industrialização. Em um quadro global isso explica a posição conceitual de países desenvolvidos e em desenvolvimento, no caso o Brasil nesta última colocação. O que se observou no pós-guerra foi à promoção por parte de países centrais à produção agrícola e certas indústrias básicas para o funcionamento de suas economias, mantendo os países periféricos na dependência. Esta ênfase na industrialização, que hoje adquire novas roupagens dentro do contexto do agronegócio, produção de agrotóxicos, pesticidas e insumos químicos, amplia a distância entre crescimento econômico e desenvolvimento, no sentido de qualidade de vida, já que privilegia apenas alguns setores da sociedade relegando à maioria suas piores consequências.

A problemática ambiental e a Agroecologia

Pensar a questão ambiental hoje exige refletir sobre práticas e conceitos que interligam diversas esferas da sociedade, pois esta problemática levanta evidências e constatações que fazem com que tanto ciência quanto sociedade civil reflitam sobre a razão dos principais males que afligem os diversos grupos humanos. Essa interligação se dá em

consequência dos riscos que a sociedade atual produziu para si as incertezas, as práticas dos atores sociais envolvidos e as políticas públicas, existentes ou não, na tentativa de equacionar essas questões. Estão inseridos ainda uma inflexão sobre a longevidade humana, o crescimento populacional e o consumo. Trazer respostas e alternativas a esses desafios é o que se coloca como primordial na contemporaneidade.

As ações nesse sentido, no entanto, só podem ser efetivas quando a própria construção do conhecimento for perpassada por essas mesmas preocupações, o que nem sempre ocorre. Uma tomada de consciência para uma transformação do pensamento passa também pela produção científica, a qual irá lançar as diretrizes da dinâmica entre as diversas áreas, sejam elas as humanísticas, tecnológicas, biológicas, etc.

A formulação de uma nova maneira de encarar os problemas que são colocados para a ciência acabou reverberando na interdisciplinaridade, no sentido de criar diálogos entre várias perspectivas, já que as problemáticas ambientais hoje são compartilhadas por todos. A interdisciplinaridade mostrou-se um caminho confiável enquanto resposta científica para enfrentar a abrangência e a complexidade dos problemas ambientais, pois os mesmos envolvem simultaneamente diferentes dimensões de uma mesma realidade, como o meio físico e biológico, a produção, a tecnologia, a organização social e a economia. De qualquer modo, é uma prática que ainda precisa ser aprimorada para que não caia em um discurso vazio ou então numa justaposição de disciplinas estudando um mesmo objeto sobre diferentes perspectivas. Segundo Raynaut (2001), não se pretende com a interdisciplinaridade abandonar o recorte disciplinar, mas inovar o uso das competências de cada especialidade.

Essa perspectiva se mostra muito útil quando incorporada aos movimentos ambientais e a maneira que os seus técnicos abordam os problemas junto dos grupos sociais. Tem vital importância também para as instituições de pesquisas e mesmo para o discurso das lideranças políticas. Sua utilidade está justamente no sentido de ampliar a comunidade de pares, levando em consideração também outras racionalidades que não apenas a instrumental. Porém, a construção do discurso ambiental passou por vários percursos ao longo dos anos e mesmo assim ela não é homogênea.

Segundo Hannigan (2009), o movimento ambiental somente se fortaleceu quando conseguiu estabelecer pontes entre a autoridade da ciência e a perspectiva holística. Com o discurso da justiça ambiental, que começa a tomar corpo na década de 80, uma nova problemática se une a um novo discurso com a incorporação da noção de “direitos civis” de afetados por contaminação tóxica. O problema da preservação vai dando espaço também aos problemas referentes à distribuição e desenvolvimento desiguais de recurso e segurança dos

trabalhadores. O fato de não ter incorporado desde o início a questão das injustiças sociais às questões ambientais seria a principal falha no movimento ambiental, segundo o mesmo autor, já que isto passou a noção ao senso comum de que as questões ambientais seriam um problema apenas das classes médias.

Para Abramovay (2012), em seu livro *Muito além da economia verde*, uma nova economia que responda a essa modernização precisa levar em conta alguns pré-requisitos no sentido de realmente transformar a maneira que as indústrias e as instituições estabelecem a relação da sociedade com o consumo. Desse modo, dois fatores são importantes: a noção de limite e de inovação. Segundo o autor, é justamente no reconhecimento da noção dos limites dos sistemas ecológicos que poderá se descobrir as melhores possibilidades de desenvolvimento. Juntamente da noção de limite estaria à ideia de inovação, a fim de transformar a relação entre sociedade e natureza. Inovação, no entanto, não pode ser confundida com aumento da produtividade, mas deve ser entendida como maneiras inovadoras e criativas que busquem soluções que possam melhorar a maneira como se transforma os recursos naturais em benefícios para a sociedade. Esse raciocínio conduz a uma outra relação imprescindível que é a incorporação justa da noção de ética à economia, de modo que esta ocupe papel central nas decisões sobre o uso de recursos naturais e energéticos. Falta ainda nesse aspecto, o fato de que a pressão da sociedade civil pode exercer importante papel no sentido de cobrar que estas questões estejam postas nas decisões econômicas e também nas decisões descobertas e apropriação do conhecimento científico produzido dentro dos laboratórios.

A própria agenda 21¹⁵ aborda o papel da ciência, porém sem transcender a posição que ela já ocupa. Pode-se dizer que com o desdobramento das inovações e da crescente especialização da ciência esta passa a ficar descontextualizada das dimensões sociais e econômicas, desvinculada de valores e aparentemente neutra com relação aos interesses, culminando numa despolitização com relação aos problemas ambientais. A partir da década de 70 a atitude dos movimentos ambientalistas começa a se transformar devido aos acidentes químicos que passaram a ter grande visibilidade através da mídia. Isso fez com que os movimentos saíssem de uma posição de passividade, questionando e cobrando a efetividade da gestão das indústrias e governos. Isso principalmente por que um grande número de grupos

¹⁵ Resultado da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. É um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

populacionais tem arcado, por razões sociais, raciais e socioeconômicas desproporcionalmente com as consequências ambientais. Isso está fortemente relacionado ao fato de que as descobertas e pesquisas se dão separadas de como se transformarão em gestão, além de ambos os processos se darem de portas fechadas para grande parte da sociedade.

Beck (1997) irá chamar a atenção para o fato de que a cientificização e tecnificação da sociedade tem gerado efeitos sem previsão temporal, originando uma sociedade de risco que não tem expectativas conclusas no futuro. Somente por meio de estratégias participativas é que se pode intentar a busca de uma maior transparência na gestão e na administração desses mesmos riscos. Para isso é preciso tirar o monopólio das decisões das mãos de técnicos e gerentes, fazendo das tomadas de decisões um evento de portas abertas, de maneira informativa e de acordo comum. Isso criaria a ideia de corresponsabilidade acerca dos riscos, fazendo surgir talvez uma importância da noção do preventivo.

A importância dos movimentos sociais está justamente no sentido de fazer as pontes necessárias entre as partes interessadas nessa problemática: sociedade civil, comunidade científica, instituições governamentais, etc. Mesmo que parte dos movimentos sociais tenha perdido seu caráter contestatório, ainda existem uma grande parte deles, como é o caso do Movimento Sem Terra, que incorporou à sua luta social a questão ambiental.

Segundo Acselrad (2004), formas simultâneas de opressão seriam responsáveis por injustiças ambientais decorrentes da opressão de classe, raça e gênero e essa constatação fez com que os movimentos que surgiram entre década de 80 e 90 com essa perspectiva ganhassem força paulatinamente e em grande medida conseguissem influenciar a pauta pública. Baseada num contexto americano, a noção de justiça ambiental surgiu a partir da observação de que o fator raça se mostrou mais fortemente relacionado com a distribuição de rejeitos perigosos do que o fator baixa renda em algumas regiões dos Estados Unidos. Dessa maneira, organizações de base começaram a discutir a ligação entre raça, pobreza e poluição. A partir disso se passou a pensar numa forma de “transição justa”, na tentativa de que as transnacionais não transfiram suas fábricas sujas a países menos industrializados, onde possivelmente se observa movimentos sociais ambientais menos organizados, ou então, com menos visibilidade midiática, como é o caso do Brasil. Aos poucos essa discussão foi se internacionalizando e se contextualizando.

Uma importante problemática levantada por essa vertente se refere também à questão da mobilidade espacial dos capitais e a maneira cruel em que especializa os espaços gerando uma coincidência artificial entre áreas de degradação ambiental e classes com menos capacidades de se deslocar. É esse tipo de argumento que começa a se desconstruir com a

perspectiva da justiça ambiental que também está diretamente ligada à produção dos agroquímicos e pesticidas utilizados nas monoculturas dos países periféricos, ou em desenvolvimento.

No caso do Brasil, Acselrad (2004) afirma que diferentes grupos sociais incorporam um discurso ambiental genérico na tentativa de justificar práticas institucionais. No entanto, os diversos setores sociais envolvidos no debate ambiental se deparam com uma importante questão no caso brasileiro, que é a de dar evidência à proteção ambiental sem ignorar a luta primordial contra a pobreza e as desigualdades sociais. Por outro lado, as entidades envolvidas na questão ambiental também podem responder aos anseios do mercado procurando uma rentabilização da bandeira verde.

O discurso toma ainda proporções mais obscuras dependendo das associações que são realizadas. Não são raros os casos de empresas poluidoras que ambientalizam o seu discurso, ou mesmo de autoridades governamentais que flexibilizam suas leis sobre a prerrogativa de atividades rentáveis ou então a desterritorialização de comunidades rurais, indígenas, ribeirinhas, caiçaras, etc. visando grandes instalações e fazendo promessas de recursos para essas populações sem fazer o balanço das perdas irreparáveis de suas culturas de vida. Como levanta Acselrad (2004), a relação entre meio ambiente e justiça social começa a ser incorporada ao debate ambiental a partir da década de 90, com importante relevância para a noção de sustentabilidade, ou seja, a dimensão econômica precisou de fato ser incorporada a este debate. Eles começam então a ser incorporados nas conferências mundiais e no caso do Brasil a se contextualizar, na tentativa de buscar pautas comuns entre entidades ambientalistas e o ativismo sindical mais combativo. Mesmo assim, com o decorrer dos anos alguns setores do movimento ambientalista se tornam mais pragmáticos, institucionalizados, ficando o papel de combatividade à movimentos sociais já bem constituídos. É o caso do Movimento de Atingido por Barragens e do Movimento Sem Terra.

Com a questão da justiça ambiental, ancorada nos debates já postos, o que se intenta é a resignificação da questão ambiental na tentativa de se questionar as razões pelas quais nos apropriamos dos recursos naturais. Isso implica a maneira pelas quais as relações sociais são fundadas ao fazerem uso do planeta. Hoje, essa razão ainda é expressa em quantidades.

Segundo a teoria da justiça ambiental, os riscos ambientais são desigualmente distribuídos, visto que as diversas camadas sociais possuem capacidades diferentes de responder aos problemas que às fontes de risco os colocam. A exposição à poluição é desproporcional visto que os bens tecnológicos e capazes de responder a isso se concentram

nas mãos de poucos, ou seja, os problemas ambientais afetam primeiro e principalmente os mais vulneráveis.

Encontrar então uma medida que possa resolver os problemas da pobreza, da má distribuição de terras e das consequências ambientais no espaço rural não é algo que possa se delinear em curto prazo, mas que traz necessidades urgentes. O MST resulta de uma modernização conservadora no campo e também do que foi denominado como revolução verde. Esta, mesmo com todos os altos índices de produtividade nas práticas agrícolas, com o passar dos anos sofreu críticas por ter a sua sustentabilidade questionada e servir apenas aos interesses do mercado, parecendo apenas se contrapor ideologicamente à ideia de revolução vermelha no contexto da Guerra Fria. O problema da fome passou a ser encarado como uma questão técnica, mas mostrou sua falácia ao longo dos anos, quando o que se mostra como maior problema não é produção de alimento em si, mas como este é produzido e distribuído entre a sociedade. Nos países de terceiro mundo acabou por tornar o latifúndio ainda mais produtivo e a sociedade mais desigual.

As recentes crises econômicas têm levado setores da sociedade a se preocupar com esta, que é uma das questões das mais vitais para os seres humanos: a produção de alimento. Isso reacendeu um possível debate sobre formas alternativas de produção onde o elemento guia fosse o bem-estar e não apenas o lucro e a produção econômica. Isso significa a possibilidade de liberdade frente às determinações do atual modelo econômico, que artificializa os ciclos biológicos.

A introdução da Revolução Verde no Brasil se inicia nos final dos anos 1960, com intensificação no início dos anos 1970 graças a incentivos governamentais via créditos acessíveis e baratos. Desse modo, o setor agropecuário brasileiro sofre uma intensa transformação tecnológica a partir dessa artificialização e controle dos biomas.

O crédito subsidiado, facilitado e incentivado pelo regime militar, trazia um pacote tecnológico composto por assistência, recursos e profissionais técnicos. Estabiliza-se assim a lógica da produção monocultora, massacrando pequenos produtores. A atual realidade que expõe essas desigualdades e a sociedade que resultou daí, nos trazem a constatação de que a desigualdade no campo foi financiada com recursos públicos da ditadura militar. As consequências desse modelo adotado, seguido até hoje, foram o êxodo rural, a concentração fundiária e os enormes impactos sobre o meio ambiente, o que por fim engendrou também os conflitos no campo.

Um modelo de produção agrícola que leve em conta a questão da sustentabilidade precisa levar em conta três aspectos (BALESTRO e SAUER, 2013): ser o menos dependente

possível de insumos externos, a valorização da paisagem natural, e importância em promover a distribuição e renda. Sistemas de produção sustentáveis revelam

elevada eficiência energética, pouca intensidade de capital, custos mais baixos e vantagem econômica associada a uma economia de escopo em oposição a uma agricultura convencional intensiva em capital. (BALESTRO e SAUER, 2013, p.11)

Hoje os transgênicos são o aprofundamento do sistema adotado pela Revolução Verde e revelam ainda a incapacidade de gerar distribuição de renda.

Por esse motivo a importância de a questão da sustentabilidade estar no âmago dos conflitos ambientais no meio rural, desse modo à confluência e o diálogo entre a ciência e o saber popular são inevitáveis.

Como parte das intenções políticas iniciadas na década de 1960, com o intuito de modernizar a produção agrícola brasileira, surge também a Embrapa, o que daria corpo às intenções de reestruturar a pesquisa e extensão voltando-a para o mercado externo.

Essa política trouxe como resultado para o Brasil uma liderança mundial em alguns setores da agricultura, como alimentos e fibras e mais recentemente à partir da produção de etanol da cana, uma potencialidade no mercado energético.

Isso se refletiu inclusive nos programas de pesquisa das instituições públicas e privadas no Brasil, aos moldes do que estabelecia a Revolução Verde enquanto paradigma na produção de alimentos. Esse tipo de produção, no entanto, faz da agricultura uma parte de todo um processo produtivo onde os grandes interesses ficam por conta de setores industriais envolvidos na mecanização, insumos agroquímicos, comercialização de sementes geneticamente modificadas e por fim o processamento dos produtos. Essa cadeia, ligada à monocultura, explica a rede financeira que sustenta o que conhecemos por agronegócio. Segundo Shiki (2013) é necessário pensar à partir do desenvolvimento desse processo e incorporação da tecnologia genética e da indústria, como isto impactou o desenvolvimento humano. Questiona-se como a incorporação tecnológica aos setores agrícolas, que fez o PIB Agrícola do Brasil aumentar, se transmite nos diversos setores sociais que levam ao desenvolvimento humano.

O papel de potência agrícola acabou por gerar uma grande camada da população excluída à margem desse modelo tecnológico, ou então totalmente dependente, mas sem possibilidades de emancipação econômica. Pensar a agricultura de pequena escala requer, portanto, uma política de financiamento diferenciada onde a oferta ambiental seja levada em conta, o trabalho intensivo e a possibilidade de incorporação pela indústria. O processo

produtivo ao longo dos anos foi excluindo o insumo orgânico, energia de tração animal e as sementes tradicionais a fim de otimizar o ritmo de produção, no entanto, se tornando dependente das indústrias que oferecem esses serviços.

Encarar, no entanto, a agricultura como parte de um processo industrial não exclui o fato de que esta possui certas particularidades que não se encaixam perfeitamente no paradigma da superprodução. O tempo da produção de determinados elementos biológicos nem sempre é o mesmo que o tempo de trabalho. Outro aspecto é que estão sempre sujeitos a fatores naturais externos e condicionantes como chuvas, tipo de solo, etc. sem contar que a terra em si é o meio de produção, dentro desse ponto de vista econômico. O que parte dessa nova engenharia genética faz é tentar romper com a natureza dos processos biológicos em um contexto onde a Embrapa acaba de divulgar que é terceiro maior banco genético do mundo.¹⁶

A biotecnologia, porém, e a sua privatização traz um novo tipo de relação entre a indústria e a agricultura, atravessada pelos direitos de propriedade intelectual sobre o ser vivo que foi modificado pela ciência. “A semente torna-se o carregador dos traços e torna o serviço da ciência em produto.” (SHIKI, 2013, 148)

No entanto, o acesso a essa nova forma de produzir depende também do acesso a terra e às políticas públicas visto que a quantidade de terra para que se obtenha o crédito rural, a fim de obter lucros é de primeira importância, já que precisa comportar investimentos que este padrão exige, tais como colheitadeiras, insumos, etc.

Isso explica porque o agricultor familiar tem um menor desempenho em produtividade, porém não em produção. Seu acesso a terra e às tecnologias é limitado. Segundo Shiki (2013), um outro tipo de trajetória tecnológica pode ser importante na relação entre custo por área e preço de mercado. Alimentos orgânicos e agroecológicos hoje são produtos diferenciados no mercado (high value product). É o tipo de produção voltada à um público crescente e consciente sobre conteúdo ambiental e social para consumo. Estes produtos, no entanto, agregam valor do trabalho intensivo e o processamento de forma natural. É inevitável afirmar que estes fatores são extremamente relevantes para a possibilidade de fortalecimento da agricultura familiar. Algumas transformações recentes na sociedade brasileira, principalmente na região sudeste podem ter corroborado para o crescimento desse novo mercado.

¹⁶ <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1663125/embrapa-inaugura-terceiro-maior-banco-genetico-do-mundo>

Alguns autores da economia classificam este novo cenário da área rural como “novo rural”, onde não apenas a atividade agrícola é predominante, mas também parte da produção industrial. Os territórios dos Estados do Sul apresentam uma maior atividade desses setores onde cooperativas, artesanato, turismo rural, entre outras práticas apresentam um arranjo local de alta produtividade. Os serviços ambientais e a biodiversidade acabam despontando como alternativas econômicas lucrativas para parte dessas famílias.

A inovação necessária para a agricultura familiar tem que ser um misto de conhecimento científico sobre ecologia local acrescido ou enriquecido pela cultura popular que abarca uma heterogeneidade de conhecimentos.

O agricultor ganha produtividade com determinadas culturas, em geral mais intensivas de trabalho e menos em capital produtivo, e mais conhecimento apropriável pelo produtor. A ciência do inseticida não é apropriável na medida em que se aplica conforme a receita. Não traz independência. A questão da indústria da ciência a partir dos anos 90, que cria direitos de propriedade intelectual em organismos vivos é dominada por grandes grupos transnacionais.

A formação do discurso da agroecologia no MST

As transformações advindas do crescimento do agronegócio e da forma que a questão fundiária está tomando no contexto atual têm como consequência também a transformação dos Movimentos Sociais, que se mobilizam em torno dessa causa, revendo pautas, atuação e organização.

Mesmo vivendo em um contexto onde a Reforma Agrária não se viabilizou de fato, enquanto projeto amplo e transformador, as experiências coletivas nos assentamentos do MST ao longo dos últimos anos serviram para que novos caminhos pudessem ser pensados, como é o caso das cooperativas agrícolas, que não alcançaram sucesso abrangente, segundo análise de Barcellos (2010).

A partir de 2007, o MST, em seu congresso nacional, já com uma discussão que caminhava de alguns anos atrás, assume de vez o compromisso com a Agroecologia. Isso foi de encontro também com sua inserção na Via Campesina. Segundo Barcellos (2010) os mediadores do discurso e da concretização de práticas agroecológicas são INCRA, PRONAF

E ONG'S. Portanto, a orientação agroecológica do movimento não advém apenas de uma identificação ideológica com a corrente, mas se viabiliza também através de outras demandas e segmentos, com vistas também a ter maior acessibilidade nas políticas públicas com foco socioambiental.

O discurso ecológico, no entanto, ainda não é consensual. É perpassado por dimensões práticas, políticas e de produção e que estão em disputa num processo sociohistórico, assim como o paradigma da questão ambiental tem se colocado na sociedade ocidental como um todo. Para isso, é importante refletir o quanto este discurso tem como elemento catalisador sua base social.

Geograficamente a modernização conservadora se concentrou nas regiões Centro-Sul do Brasil. Suas mais graves consequências, dentre algumas já citadas anteriormente, foram: concentração de renda, aumento da dependência do crédito rural para pequenos produtores, o progressivo desaparecimento das pequenas propriedades e dificuldade de acesso à terra, diminuição dos empregos e sazonalidade do trabalho, aumento do êxodo rural e consequentemente a redução da população rural, surgimento de problemas de abastecimento interno de alimentos e o surgimento de problemas ecológicos.

O MST se coloca então como uma alternativa de mobilização social à esta população atingida por estas consequências. A terra conquistada coletivamente surge como um projeto de futuro. O MST, pensando na viabilidade econômica e social de assentados, discute sistemas de produção baseados na cooperação e depois consolidados na forma de cooperativas. Com o passar dos anos, percebeu-se conflitos sociais e de dificuldade econômica, embora muitas das cooperativas formadas em assentamentos tenham obtido êxito. A legitimidade da bandeira da reforma agrária se manteve inclusive por esses êxitos.

Este sistema cooperativista dos assentados foi se definindo politicamente a partir das cooperativas de base e em nível nacional, como esfera superior na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), criada em 1992.

A ideia de cooperativa visava superar o modelo tradicional de produzir do camponês transformando o trabalho individual familiar em produção coletiva. Este modelo camponês tradicional poderia ser visto como obstáculo para a consolidação dos assentamentos enquanto espaço diferenciado de vivência, que visava superar a lógica capitalista. A ideia da coletivização era também a ressocialização das pessoas para a construção do chamado “homem novo”, de inspiração socialista.

A dinâmica interna de cada assentamento, no entanto, foge à teoria e os interesses que resultam das diversas posições que cada sujeito ocupa podem gerar resultados contraditórios e conflituosos.

O que se observou ao longo dos anos de 1990, a partir do governo Collor, um retrocesso nas políticas de crédito rural, o que provocou um empobrecimento e precarização dos projetos de assentamentos rurais (Barcellos, 2010). Com o governo Fernando Henrique Cardoso, no entanto, a discussão sobre a reforma agrária novamente se abre. Um amplo número de assentamentos é realizado, pois se acreditava que o problema agrário estaria resolvido. Esta guinada, porém, foi feita via mercantilização da questão agrária, criminalizando a luta pela terra. Em 2001 são criadas medidas provisórias que impediam o assentamento de famílias que participassem de ocupação de terras e não vistoria de terras ocupadas. Este posicionamento por parte do governo federal ficou evidente quando do massacre de Eldorado dos Carajás, que teve como saldo dez sem-terras mortos numa ação policial do estado do Pará.

Uma das maiores expressões da ação do MST durante o governo FHC foi a marcha para Brasília, no mês de abril de 1997, o que pode expor claramente como a mídia brasileira trabalhava com a memória imagética do movimento.

O acúmulo histórico de experiências, de êxitos e de fracassos no MST em relação às CPAs consolidou um tipo de conhecimento prático (não plenamente consciente) relativo àquilo que é possível ou não de ser alcançado dentro da realidade social concreta na qual o Movimento age. Com isso, determinada posição de um movimento social, bem como suas estratégias de ação política junto à sociedade seriam mais seguras e possíveis e outras seriam menos viáveis, tanto por parte da direção política do MST, como da sua base social. (Barcellos, 2010, p.38 e 39)

Para o referido autor, existiriam dois equívocos na opção ideológica pelas cooperativas. O primeiro seria compreender as transformações propostas como um ideal de cooperação que fosse um retorno a uma comunidade camponesa utópica. Isso acarretaria a ideia de que avanços tecnológicos pudessem ser ignorados. O segundo equívoco seria interpretar essas transformações como algo competitivo no mercado.

O desafio do MST está no fato de que culturalmente os trabalhadores rurais, expropriados pelo capital e reféns deste, estavam acostumados a reproduzir formas de trabalho ditadas por padrões das cadeias agrícolas, mesmo que estes modos capitalistas sejam contraditórios aos ideais do movimento. Isto é percebido pelos relatos quando perguntados sobre suas ocupações ou como “trabalhavam a roça”.

A pequena produção, inevitavelmente está subjugada ao capital. As tramas sociais fazem com que estejam inseridos nessa lógica produtivista, por isso a importância de novas tecnologias sociais nos assentamentos. Dentro disso surgiu a necessidade cada vez mais pungente de agregação do debate ambiental e sustentável às práticas agrícolas.

A Agroecologia então, na aproximação que realiza entre ecologia e agricultura pode ser entendida como um paradigma socioambiental viável aos movimentos sociais que se preocupam com a questão da terra.

A partir de 2003 o governo Lula promove uma reorientação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, assentados da reforma agrária, quilombolas, comunidades tradicionais, dentre outros. A questão ambiental no MST já tinha sido levantada em 1992, quando junto de outros movimentos de esquerda se recusam a participar da Eco-92, realizando a conferência dos povos (inserir nota) em Vitória no estado do Espírito Santo. Essa conferência originou um documento que denunciava o sistema de miséria e exploração existente nos países pobres e a destruição ambiental.

Em 1995 o MST passou a integrar a Via Campesina e a partir de 2000 assume a agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos de reforma agrária. Em 2007 insere como meta em sua pauta: defender as sementes nativas e crioulas, lutar contra as sementes transgênicas, difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno (MST, 2007).

A transição agroecológica está sendo impulsionada com algumas atuações: substituição de recursos externos (insumos químicos e equipamentos), adequação dos ciclos naturais e incorporação de tecnologias “verdes” para manejo da produção.

Este direcionamento ganhou força principalmente quando o MST, junto da Via Campesina, passou a participar do Fórum Social Mundial, reivindicando principalmente à proteção da biodiversidade e das sementes crioulas. O MST passa a ter presença massiva nos Encontros Nacionais de Agroecologia e a organizar no Estado do Paraná as Jornadas de Agroecologia, momentos de intenso debate sobre práticas e teorias, assim como técnicas de cultivo, troca de sementes, etc. Vale ressaltar que esta perspectiva teórica e prática não é uma oposição aos modelos de cooperativas, mas insere uma nova e atualizada discussão sobre o manejo dos recursos naturais.

A Agroecologia é um campo de estudos que ambiciona este manejo ecológico dos recursos naturais de maneira a redesenhar a ação social da sociedade, prejudicada pelos modos de produção desenvolvidos pelo sistema capitalista, oriundos da revolução verde e da

modernização conservadora. Tem uma diferente visão de desenvolvimento agrícola no sentido que prioriza as especificidades das agriculturas locais, tendo como principal objetivo a sustentabilidade. Esta ciência que surge pode servir como resistência do campesinato frente ao capital globalizado, aumentando principalmente a relação entre produtores e consumidores.

A partir de um novo paradigma de produção cria diversas técnicas de manejo : biodinâmica, homeopatia, fitoterapia, agricultura orgânica, agricultura natural, agricultura biológica e permacultura. Muitas dessas técnicas, no entanto, apropriadas pela produção teórica e acadêmica podem ser reconhecidas pelo campesinato como práticas tradicionais que adquirem nova roupagem.

A agroecologia, apropriada pelo MST levanta um questionamento do incentivo do Estado para o crescimento econômico de indústrias transnacionais, que se apropriam de terras e recursos naturais. O que se observa, frente às políticas voltadas ao mundo rural e frente ao depoimento de assentados, é que o atual governo tem uma posição dúbia com relação à temática, pois ao mesmo tempo em que incentiva o agronegócio, mantém diversos programas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁷, Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). O que se observa é um crescimento das políticas públicas voltadas a este debate, porém, ao mesmo tempo que enaltece e dá incentivos ao Agronegócio, fazendo deste uma bandeira de desenvolvimento econômico, com ênfase no crescimento do PIB. Mesmo com esse posicionamento dubio, o governo federal exerce algum tipo de influência na constituição do discurso da agroecologia no MST, mesmo que de forma contraditória e com a uma ação política muitas vezes contrária às propostas e anseios do MST.

A Agroecologia então, como modo de produção, passa por uma resignificação da realidade no interior de cada assentamento, como podemos constatar. Novas formas de existência e resistência surgem frente ao modelo hegemônico local. A Agroecologia como proposta de desenvolvimento socioambiental e de produção agropecuária é uma possibilidade ainda em construção, um novo paradigma que para ser abrangente precisa disputar muitos espaços ideologicamente. Depende, portanto, da viabilização social e econômica das famílias, da sobrevivência.

É forte a necessidade da existência de um grupo de sujeitos prontos para disputar o jogo a cerca de um modelo de desenvolvimento rural em contraposição ao discurso do

¹⁷ Este, em uma de suas linhas tem o fomento à Agroecologia. Em agosto de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Pnapo, por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012

agronegócio presente no município. A agroecologia encontra grande dificuldade em se constituir um discurso abrangente já que a reprodução material dos modos de vida, de forma individualista e concreta no capitalismo se faz presente e dominante. É a ideologia da sobrevivência baseada no produtivismo e sob a lógica do lucro capitalista. Isso se determina, por parte de camponeses assentados, em práticas de sobrevivência que muitas vezes fogem da própria intencionalidade dos sujeitos.

A opção por um determinado tipo de organização e produção em um espaço social como o assentamento inclui conflitos e disputas e a elaboração de projetos, constante formação de técnicos e assentados, tanto dentro dos assentamentos quanto fora. A ocupação da terra, até vistas de se concluir como assentamento acaba abarcando questões como infraestrutura (infraestrutura) (estradas, demarcação dos lotes, construção de moradia, saneamento, etc.), dessa forma a escolha e a forma de criação dos animais e dos cultivos agrícolas à prior precisam ser discutidas e orientadas. Tais medidas são de extrema importância no sentido de que, junto ao ecossistema do assentamento, dependendo de quais as opções técnicas e estruturais serão adotadas isto produzirá variados graus de impactos ambientais.

Mesmo na construção do que irá se delinear enquanto assentamento existe a importância de um enfoque interdisciplinar para compreender a relação natureza-história-sociedade. Isso se evidencia quando muitos territórios, desgastados pela ação do tempo e do tipo de sociedade e produção que ali se desenvolveu e irão se desenvolver podem prejudicar gerações futuras. Por isso a importância da transformação também de alguns paradigmas científicos, a fim de consolidar a ideia de que a natureza não pode ser concebida como algo exterior à sociedade.

Mesmo com as contradições e as debilidades que o MST possa ter em sua organização social e política junto a sua base social, esse Movimento tem méritos, de certa forma, no sentido de fornecer esperança, dignidade e a possibilidade de acesso a bens básicos para uma sobrevivência minimamente digna (moradia, infra-estrutura básica, educação, saúde, segurança e lazer) aos participantes da luta pela terra. Portanto, fica claro que o MST ao longo dos seus mais de 25 anos, como tantos outros Movimentos Sociais em escala mundial, também passam por processos de transformação, ampliação e reconversão de suas formas de organização política e social. (Barcellos, 2010, p.126)

CAPÍTULO III

Na monocultura, uma ilha: primeiro PIB agrícola do Estado e o assentamento Carlos Lamarca.

O município de Itapetininga é um dos mais antigos do Estado de São Paulo sendo fundado como vila em 1770 e tendo adquirido a condição de cidade em 1855, se desenvolvendo na esteira do tropeirismo, o que lhe compete características culturais relacionadas ao universo caipira, bem como citado por Antonio Candido (1971) em *Os parceiros do Rio Bonito*. Contando com uma população de cerca de 144.377 habitantes (IBGE, 2010) possui uma população rural de 13.327 habitantes, despontando desde seu surgimento enquanto cidade voltada para a produção agrícola.

Segundo apuração feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), com cálculo no último levantamento, ano base de 2009, o município de Itapetininga mantém o maior PIB Agrícola do Estado de São Paulo e oitavo lugar no ranking nacional, apresentando um valor expressivo gerado pelo setor produtivo na avicultura e no cultivo das monoculturas de eucalipto, cana e laranja. A cidade destaca-se ainda por diversas culturas de grande importância no cenário nacional: mandioca, grama, batata, milho, feijão. Tem produção relevante também na área da silvicultura, fruticultura e extensos rebanhos de corte e de leite.

Segundo Hada (2012), a demanda internacional de carne de frango e a evolução do preço das aves no mercado externo influenciaram no aumento da exportação do produto. Consequentemente, no município em geral, cresceu o número de animais e da produção de carne de frango, e entre as principais commodities, esta foi a que mais teve aumento progressivo aquecendo também uma das poucas indústrias de processamento na cidade.

No caso da produção de laranja, esta entra em conformidade com o contexto nacional, em que o Brasil mantém hegemonia na produção e exportação desse produto. Arelado a isto, está situada em Itapetininga uma única indústria que realiza o processamento da laranja, fator que permite o controle do preço e da produção nos mercados locais. Esta realidade permite que a indústria negocie e compre as terras do produtor mantendo sua produção estável, no entanto, com enorme prejuízo para a agricultura familiar. Através de seu

monopólio, esta única indústria elimina o poder de negociação e a competitividade dos produtores locais.

O cultivo da cana-de-açúcar enquanto uma das principais commodities do município também é expressivo no caso da concentração e eliminação de competitividade. Segundo Hada (2012), mesmo com o mercado de etanol e açúcar aquecidos, os valores pagos pela produção continuam em baixos patamares, o que demonstra a concentração de lucro neste mercado, também representada por uma única Agroindústria que realiza as negociações na região. Este quadro de atividade pode prejudicar a lucratividade dessa mesma Agroindústria em longo prazo, já que o produtor recebendo o mínimo pode ser desestimulado financeiramente e migrar sua produção para outras culturas, ou até mesmo abandonar a terra.

As atividades realizadas pelas três agroindústrias responsáveis pelas commodities e o aquecimento do PIB Agrícola na cidade pode ter o aspecto positivo de ampliar a visibilidade do município no mercado mundial trazendo a possibilidade de abertura comercial para outros produtos regionais no exterior. No entanto, esta não é a realidade que se observa:

A agricultura familiar foi afetada, de forma negativa, pelo crescimento do agronegócio no município. O atual panorama demonstra que o perfil do agronegócio do município é amplamente comercial, na qual se baseia o latifúndio e prevalece à exportação de produtos para suprir a demanda externa de alimentos, retraindo a diversificação produtiva e o dinamismo agropecuário local. Em vista disso, a agricultura patronal destaca-se e reduz drasticamente a concorrência da agricultura familiar, que não possui estrutura suficiente para potencializar a sua participação no mercado. O reflexo da capacidade de domínio da agricultura comercial está expresso nos dados de produção e área plantada da agropecuária no município, além disso, o crescimento de produção apresentado pela cana-de-açúcar, milho e frango é em detrimento de culturas como o feijão, batata e tomate que, em muitos casos, são produtos oriundos da agricultura familiar. O crescimento da comercialização de grama, motivado pela Copa do Mundo de 2014 e pelas Olimpíadas de 2016, enfraquece ainda mais a representatividade da agricultura familiar no setor agropecuário do município de Itapetininga. (HADA, 2012, p. 9)

Frente a esta realidade, o que se observa, bem como à nível nacional, é o enaltecimento midiático dos dados referentes ao PIB, tornando-se esta uma das principais bandeiras publicitárias do município. Assim como a reflexão já observada acerca do sentido do desenvolvimento e que benefícios estas estatísticas podem trazer para a população. Em Itapetininga o quadro não é diferente, visto que o que se observa é a concentração dos lucros por partes das indústrias promotoras das commodities. Como já abordamos, os índices são elevados porém sem iniciativas voltadas à distribuição de renda e redução da desigualdade social. Isto é fortemente observado no município já que este não possui empresas de beneficiamento dessas monoculturas. Os produtos, em sua maioria, circulam in natura da

cidade para outros municípios o que permite baixo valor agregado, gerando tributos em outras regiões mais industrializadas ligadas ao monopólio econômico do Agronegócio.

Mesmo a opção pelas monoculturas sendo questionada devido à suas graves consequências ambientais, a má distribuição de renda ainda poderia ser amenizada caso este PIB pudesse ser distribuído em benefícios para a população a partir de um fomento à cadeia produtiva dessas monoculturas. Fato que não é observado e que coloca em cheque esta suposta potencialidade do município, mesmo dentro do discurso do desenvolvimento.

O disparate entre a monocultura e a agricultura familiar se encontra nos dados levantados pelo jornal do município *Correio de Itapetininga*:

Dos 182 mil hectares da estrutura fundiária do município, 30% da área agrícola esta destinada a agricultura familiar. Os dados são da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) de Itapetininga. São 2.822 Unidades de Produção Agropecuária (Upas) dedicada a pequenos agricultores que vão de 0,1 a 70,1 hectares de terra. As demais áreas são de grandes produtores, geralmente ligados à monocultura. O total de Upas destinado à agropecuária familiar equivale a aproximadamente 91% dos produtores. (HERMANN, *Correio de Itapetininga*, Itapetininga, 7 fev, 2014.)¹⁸

Mesmo com estes dados, demonstrando que o número de pequenos produtores é muito maior em comparação com a monocultura, o desequilíbrio na produção e no lucro ainda é grande por falta de iniciativas públicas que incentivem o crédito e o aumento da produção, que já se mostra diversa, porém em pequena escala. Segundo outra matéria publicada pelo mesmo jornal¹⁹, a procura pelo Pronaf na região aumentou em 14% no ano de 2014, porém, nem todos os interessados conseguem atingir o benefício, muitas vezes prejudicados por falta de informação e questões burocráticas já que para obtenção do benefício o produtor precisa preencher critérios de enquadramento no programa.

Uma das hipóteses que possam caracterizar estes números está relacionada à desarticulação entre sindicatos e instituições públicas que tenham interesse em fortalecer a agricultura familiar, transformando-a em benefícios para o município. A instrução e apoio técnico, principalmente auxiliando o pequeno produtor a acionar os créditos disponíveis pelo governo do Estado e pelo Governo Federal são de extrema importância, porém precisam ser de iniciativas municipais ou mesmo organizacionais dos próprios produtores. Esta tendência é quebrada no município no caso dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais

¹⁸ Disponível em: <http://portal.correioeitapetininga.com.br/noticia/ver/43265/pequeno-produtor-da-regiao-ter-r-605--milhoes>

¹⁹ <http://portal.correioeitapetininga.com.br/noticia/ver/41825/agricultura-familiar-ocupa-30%2525-da-area-de-producao>

Sem Terra, que com a posse da terra em mãos, consegue acionar pequenos créditos referentes à reforma agrária e conta ainda com uma rede de apoio proporcionada pelo Movimento. Porém, a questão ambiental e a visão para um desenvolvimento sustentável que possa ser visualizado do ponto de vista dos benefícios não só econômicos, ainda é restrito.

Partindo desse pressuposto, questiona-se então o fato de como na mesma cidade, com características culturais relacionadas ao imaginário caipira devido ao seu histórico de tropeirismo, embora seja uma cidade de porte médio dada a sua população de 144.337 mil habitantes (IBGE, 2010), realiza o rearranjo de valores culturais camponeses em contato direto com o Agronegócio. Dentro deste prospecto, se faz necessário pensar os movimentos políticos de Luta pela Terra que questionam o latifúndio, a concentração de terras e o avanço inescrupuloso do Agronegócio. Soma-se a isto o fato de que no município se situam dois assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Carlos Lamarca e 23 de maio, e um acampamento, Santa Maria da Conquista, que já dura cerca de 10 anos. Esta realidade nos faz questionar como a agricultura familiar sobrevive espacial e culturalmente em relação direta com a grande Agricultura.

Pensando este contexto econômico, o MST tem voltado cada vez mais suas políticas de apoio e permanência na terra à questão da Agroecologia. Esta é vista como alternativa de viabilização socioambiental e econômica frente ao grande capital, que também se utiliza da agricultura familiar para se perpetuar. É importante pensar como este discurso se constrói na prática e culturalmente se coloca como uma forma de resistência para esses homens do campo, que passado o período de luta e ação comunitária em busca da terra, se veem enquanto assentados numa nova situação de conquista e permanência frente ao contexto econômico que estão inseridos.

Observando a existência de um Grupo Ecológico produtor de alimentos orgânicos no Assentamento Carlos Lamarca é que intentamos realizar uma observação participante, na tentativa de compreender esta reinvenção e sobrevivência dos modos de vida camponeses dentro desse contexto econômico.

Segundo Camargo e Borsatto (2010), que desenvolveram o projeto “Fortalecimento do Ensino de Extensão Rural nas Ciências Agrárias através de Redescobrimento de Saberes e da Troca de Conhecimentos”, executado por meio de uma parceria interinstitucional entre a UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), a FATEC/Itapetininga e a UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso), no Assentamento 23 de Maio, também em Itapetininga. O principal entrave que os agentes perceberam foi com relação à visualização abrangente dos benefícios do manejo ambiental. A primeira preocupação levantada pelos

assentados foi com relação à conformidade do espaço geográfico dentro do Código Florestal, já que as nascentes presentes no espaço não contavam com proteção, correndo o risco de assoreamento. Para isso, o que os agentes desenvolveram foi um trabalho de plantio de mudas a fim de recompor a Área de Preservação Permanente (APP), prevista em lei.

O projeto obteve êxito dentro do que se propunha, mas levantou como parte das dificuldades a falta de políticas de continuidade que possam promover a educação ambiental integrando ambiente e atores envolvidos. O assentamento disponibiliza de solo fértil e proximidade com centro comercial do Distrito de Tupy, elementos que poderiam ser uma alavanca nas práticas agroecológicas. Por isso, segundo os autores, a importância de leis e políticas públicas que impulsionem práticas ambientais, caso contrário os pequenos produtores e assentados ficam à deriva, sujeitos à exploração da rede do agronegócio, fortemente presente na cidade.

Uma ilha na monocultura: O assentamento Carlos Lamarca

Dentro do processo de consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a ocupação sempre foi a prática mais forte e eficiente enquanto forma de luta e realidade determinante para transformar o elo entre passado e futuro. Por meio da espacialização da terra no território brasileiro, o MST conseguiu expandir a demanda e ampliar a luta por outros direitos fundamentais como educação, saúde, incentivo agrícola, etc.

Fernandes (1999), em sua tese de doutorado, na qual realizou ampla pesquisa acerca da territorialização do MST pelo Brasil com documentos e entrevistas, deixa claro que os mais de 500 anos de latifúndio no Brasil impulsionaram historicamente os povos do campo para a resistência. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pode inclusive ser o eco de muitos acontecimentos históricos que não conseguiram a unificação e visibilidade que por várias razões este alcançou. Fernandes cita uma variedade de eventos e personagens agregadoras que se iniciam com a morte do líder guarani Sepé Tiaraju em 1756, frente ao massacre que os indígenas vinham sofrendo no processo de escravidão. Zumbi dos Palmares, Canudos de Antonio Conselheiro, a guerra do Contestado, o cangaço e por fim As Ligas Camponesas são situações, momentos e personalidades que marcam a cultura de enfrentamento do brasileiro, que ao contrário do que muitas vezes é construído fazendo

referência ao povo brasileiro como pacífico e não revolucionário, é marcado também por violência, mortes, juntamente de luta e esperança por transformação.

O caso das Ligas Camponesas expressa exatamente a convulsão de trabalhadores, que enquanto proprietários, parceiros, posseiros e meeiros resistiram à expulsão da terra. Em Pernambuco na propriedade conhecida por Engenho da Galileia criou-se a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco que ficou conhecida por Liga Camponesa da Galileia. Os associados pagavam o *foro* (aluguel anual) ao fazendeiro. Com a exploração do valor e tentativa de expropriação conseguiram apoio jurídico e político. A liga cresceu e junto dela a ideia de reforma agrária por meio de luta e ocupação de terras. Muitos morreram em conflito com os latifundiários e pouco depois o Exército e o governo militar aniquilaram este que foi um grande movimento agregador em torno de uma causa comum, a reforma agrária.

Após o retrocesso dos anos seguidos ao golpe militar, os anseios guardados demonstraram não terem se apagado. “A miséria levou o trabalhador rural a tomar conhecimento de sua força, a não esperar pelos doutores, a exigir seus direitos.” (ANDRADE, 2009, p.85).

No Estado de São Paulo, estado que a presente pesquisa contempla, tem na região do Pontal do Paranapanema a expressão mais forte do que a grilagem foi realizando com a terra ao longo dos anos. Em Santa Fé do Sul, Ribeirão Preto, Araraquara não foi diferente. O caipira ali sedimentado vai sofrendo o processo de expulsão do campo pouco a pouco.

Um dos fatores que acabou servindo de base para o ressurgimento dos movimentos camponeses durante a ditadura foi o nascimento das Comunidades Eclesiais de Base, vertente dentro da Igreja Católica orientada pela Teologia da Libertação²⁰. Em 1975 a Igreja cria a Comissão Pastoral da Terra, realizando trabalhos nas periferias e nas comunidades rurais sendo a principal articuladora dos novos movimentos camponeses. Orientados pelo livro do “Êxodo”, diversos religiosos se envolveram na organização do movimento refletindo e discutindo a violência a que estavam sujeitos esses trabalhadores sem-terra.

Repreendendo politicamente, expropriando e adotando um modelo agropecuário que favorecia o latifúndio, o governo militar acreditava estar minando o avanço do movimento camponês. Porém, o capitalismo, como afirma Fernandes (1999) reforçando o que Oliveira (1996) já havia desenvolvido, cria meios do próprio ressurgimento e reprodução do campesinato já que a forma que o capitalismo constrói de existir no meio rural não abrange

²⁰ Corrente da Igreja Católica que se iniciou na América Latina entre os anos de 1950-1960. Interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustiças, condições econômicas, políticas e sociais.

apenas a relação de assalariamento, mas a reprodução capitalista da terra que necessita do camponês.

“Ainda, à propósito, o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato. É por essa lógica que podemos compreender a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.”(FERNANDES, 1999, p.38)

O Assentamento Carlos Lamarca surgiu da necessidade militante da chamada Regional de Sorocaba do MST. Nas reuniões realizadas nas igrejas participavam em geral desempregados e pessoas vivendo em condições difíceis nos centros urbanos, o que demonstra a heterogeneidade das famílias em sua grande maioria, como relatou uma assentada, oriundos da experiência urbana, mas que em algum momento guardaram a memória do rural. O nome escolhido para a luta seria uma referência ao fato de que o histórico guerrilheiro Carlos Lamarca teria acampado na região, segundo relato de assentados. As terras eram conhecidas como a antiga Fazenda Monjolo, propriedade pertencente à tradicional família paulista Almeida Prado. A luta durou cerca de dois anos entre ocupação e acampamentos quando o Governo Federal desapropriou a fazenda em 1998, resultando no assentamento de 47 famílias.

De acordo com a dissertação de mestrado em Geografia realizada por Antonio Carlos da Silva (2009) podemos inferir sobre o Assentamento Carlos Lamarca que este é dividido entre 47 lotes, mais as áreas de reserva que se constituem como “ilhas” de resquícios da Mata Atlântica, e por fim a área comunitária para uso geral onde geralmente são realizadas as festas religiosas, reuniões, etc. local da antiga sede da fazenda. O tamanho e a distribuição desses lotes são distintos dependendo de fatores naturais, como fertilidade do solo, e sociais, como o número de integrantes das famílias. A organização dos assentamentos, e isto no aspecto geral dos Movimentos de Luta pela terra, nos abre um leque de possibilidades de análise e questionamentos na medida em que ali se reconfiguram diferentes sujeitos com diferentes origens e é justamente a relação indivíduo-coletivo que poderá nos trazer à luz as contradições e alinhamentos referentes ao que buscamos com relação à campesinidade. Questiona-se aqui sobre isso, porque sabemos que no processo de luta se faz necessário um processo de homogeneização que após o assentamento das famílias, possa continuar ou não.

Frente à realidade de assentado, a organização buscada para resistir as regras mercantis através do lema “ocupar, resistir e produzir” se delineiam como elementos norteadores da busca pela união. Isso se observa no presente assentamento frente à associação

Agrosul Paulista, articulada por parte de famílias assentadas e outros Grupos familiares ou de afinidades que foram se constituindo em blocos produtores e de resistência.

Segundo Silva (2009), a Agro Sul surgiu dentro do período entre 2003 e 2006, aos moldes das proposições do MST, período quando a Agroecologia ainda começa a difundir seus preceitos de transição ecológica. Contando com 10 associados no ano da pesquisa, tem como propósito inserir seu produto, o leite, no mercado e conseguir linhas de crédito, financiamento e insumos a preços mais baixos, tudo sob os preceitos do cooperativismo de acordo com a territorialização da luta pela terra. É importante ressaltar que essa inserção no mercado, como já abordado, não significa ruptura com as bases camponesas.

A cooperativa alcançou um avanço, acessou créditos do Pronaf e recebeu apoio do Terceiro Setor, e com tais medidas foi possível inclusive a construção de uma sede própria, aumento da produção e de seus derivados. Porém, numa realidade de 47 famílias nem todas entraram em acordo com relação ao que e como produzir, o que se coloca como natural, frente às diversas possibilidades que a terra conquistada traz.

Segundo o modelo legitimado pelo INCRA, o que se concretizou no assentamento Carlos Lamarca foi a responsabilidade de cada família pelo seu lote, ou seja, cada família reside no seu lote e ali realiza sua produção. Isto pode ter desestabilizado a união de um grupo que já havia se formado, autodenominados “*Renascer Sonho*”, e que teve este número reduzido a um grupo de 08 famílias. Contrariando as decisões do INCRA, este grupo se estabiliza em uma Agrovila, tornando-se uma “ilha de resistência” (SILVA, 2009). Elementos como parentesco e afinidades reafirmam o espaço do campesinato ancorados nos princípios de família, terra e trabalho.

O que se delineou então foi um lote, próximo à área de preservação ambiental onde se construiu a Agrovila, e os demais lotes das famílias integrantes esparsos onde a produção coletiva é realizada. Grande parte dessas famílias já tinham alguma experiência no campo, mesmo tendo alguma relação com atividades na cidade como meio de sobrevivência. Desse modo, no período observado, a produção sempre foi realizada pelos membros da própria família, não havendo gastos com mão-de-obra externa.

O que se observa é que frente ao assentamento das 47 famílias, estas que optaram coletivamente, contrariando as orientações do INCRA pela Agrovila, se colocam como forte resistência contra as políticas estatais de divisão de lotes e orientações que não levam em conta as necessidades dos assentados. Não por acaso, é na Agrovila que ao passar dos anos, após assentados, é que as práticas de Agroecologia começam a tomar forma, já que este grupo permaneceu militando junto das bandeiras do MST.

A construção da pesquisa de campo e a observação participante, ou “participante observador”.

A presente pesquisa encontrou algumas dificuldades com relação à metodologia de análise dos dados coletados em campo, e mais, da vivência que desenvolveu em contato com os assentados. Inicialmente acreditava-se ser a história oral o método para compreender os relatos, e nas histórias de vida analisar/investigar a relação entre camponês, agricultor e agroecologia.

Entretanto, o contato estabelecido com os assentados, e por através dele o Grupo Ecológico Terra Viva poder ter uma relação de divulgação com a cidade de Itapetininga, fez com que essa metodologia não se mostrasse eficiente, pois exigiria um distanciamento que já estava comprometido. A partir do primeiro contato e entrevistas com os assentados, percebeu-se que

(...)a evolução real das ideias na pesquisa não acontece de acordo com os relatos formais que lemos sobre métodos de investigação. As ideias crescem, em parte, como resultado de nossa imersão nos dados e do processo total de viver. Considerando que muito desse processo de análise ocorre num plano inconsciente, estou seguro de que dele nunca podemos apresentar um relato completo. (WHYTE, 2005, p. 284)

Dessa maneira ficou evidente que o contato com aquilo que se pretende pesquisar pode transformar qualquer análise pré-estruturada. Tentar compreender a organização do Grupo e de que maneira se relaciona com a militância do MST e vê na Agroecologia um projeto de vida, fez com que a observação e o acesso a informantes fossem indicados pelo próprio grupo. Mas a presença deste estudo ali fez surgir novas relações, o que levou esta pesquisa para a observação participante. A valorização da observação participante pode se dar pela posição ético-científica que intenta respeitar indivíduos e grupos investigados. Ao longo desse processo percebeu-se a importância de viver e conviver com o universo investigado.

Esta tentativa de imersão, que na maioria das vezes foge do intuito do pesquisador quando tenta deixar à vontade o grupo pesquisado, parte também de um princípio de reciprocidade interpessoal, o que não garante que a relação seja justa e imparcial, mas aceita os riscos provenientes dessa situação de encontro.

Este tipo de pesquisa pode acabar contribuindo para a reformulação de conceitos e novas hipóteses, buscando a essência daquilo que se construiu como homem do campo e se

transfigurou ao longo dos anos em vista dos problemas que esse mesmo sujeito encontrou na luta pela sobrevivência de seu estilo de vida.

A análise das questões relativas ao meio rural nos revela ainda outra questão que de alguma maneira pode influir na metodologia que é a noção de dimensão do tempo. Para nós ele é contabilizado por meio das horas e do relógio, no campo sabe-se que ele está muito ligado aos processos de espera de uma colheita, por exemplo, que diferentemente de uma fábrica, não gera seus resultados em questões de segundos.

É na inversão do tempo ou, ao menos, na redefinição do tempo, que o estudioso dos movimentos sociais se transforma em instrumento e momento do seu objeto, através da experiência de se transformar em experiência do outro. Na verdade, o estudo dos movimentos sociais do campo, e também dos movimentos indígenas, só é eficaz quando se transforma, por meio deles, num estudo sobre a nossa própria sociedade e sobre nós mesmos. (MARTINS, 1993, p.40)

Essa questão do tempo, coloca para o pesquisador o desafio de compreender que as pesquisas, por mais que cheguem a resultados concretos e previstos, podem se tornar inconclusas com o passar do tempo já que os processos de conquistas no campo podem durar mais que os cronogramas previstos nas realizações de dissertações e teses.

Logo no primeiro encontro, a reivindicação do Grupo a respeito da dificuldade de divulgação sobre seus produtos orgânicos, houve a possibilidade de estabelecer um papel de mediação entre possíveis consumidores e produtores na cidade de Itapetininga, juntamente das pessoas que me levaram até o assentamento. Esse contato ainda não havia sido estabelecido na cidade, onde eles previam potenciais consumidores. Assumindo a responsabilidade de que esta mediação poderia interferir na análise que alguns acadêmicos fazem com relação à neutralidade da pesquisa ou o distanciamento necessário que o pesquisador deve manter do objeto estudado, resolvi assumir os riscos, mas conscientemente realizando uma análise que se afastasse de qualquer leitura enviesada.

Foi exatamente esta proposta da Agroecologia, que inicialmente não havia sido delineada na pesquisa, que fez com que a observação participante, com bases no conceito de cultura realizado por meio da etnografia tomasse a forma de um projeto interno no Grupo Ecológico, exterior aos dados que este estudo pretendia levantar.

Segundo Geertz (2008) realizar etnografia pressupõe primeiro apreender, depois apresentar. E para isto, entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, etc. Partindo então desta perspectiva compreende-se que a Cultura é como algo público, assim como o seu significado. É algo como um

contexto, que pode ser descrito de forma inteligível e densamente. Este processo faz com que o observador possa expor a normalidade de um grupo tornando-o acessível, sem no entanto reduzir suas particularidades. De qualquer modo, é imprescindível, já que os grupos sociais são mutáveis, levar em conta o fato de que uma análise cultural é incompleta e contestável.

Para Zaluar (1986), o pesquisador que dentro de determinados contextos pode ser um catalisador de novas experiências, realiza constantemente uma dialética de aproximação-distanciamento. O pesquisador não some, visto que o código teórico existe para ele através do seu próprio projeto, linguagem, tudo manifesto em sua obra final. Mas este que participa atravessa diversas passagens, criando um campo de relações que também se coloca como objeto de reflexão, marcada pela alteridade.

O pesquisador pode ter então uma enorme importância no sentido de ser um registro do discurso para fora, mas que busca seus interlocutores. Estes podem ser o Estado, agências de financiamentos, ONG's e diversos outros tipos de parceria. Enquanto intermediário entre o grupo e outras esferas sociais, levanta-se a responsabilidade do direcionamento que seu relato pode tomar.

A pesquisa é a história de um relacionamento pessoal em que o pesquisador procura desfazer as impressões negativas da imagem do “dominador” a fim de tornar a comunicação ou o encontro possíveis, bem como escapar das armadilhas montadas pela hierarquia ou desigualdades que transcendem à situação de pesquisa. (ZALUAR, 1986, p. 115)

Após o primeiro contato com o Assentamento Carlos Lamarca, que se deu por meio de um dirigente local do MST, percebeu-se que o pesquisador ali acabaria adquirindo características também de “participante observador”, qualidade que será explicada a seguir.

O percurso de entrada ao assentamento já nos demonstra a figura imagética de este poder ser considerado uma ilha na monocultura. A antiga fazenda é cercada por uma plantação de eucalipto e para adentrar o assentamento é necessário atravessá-la. Assim que a floresta de eucalipto é ultrapassada surge então a ponte de madeira, que marca o início do território Carlos Lamarca. A ponte foi a primeira imagem que, nas pesquisas de internet, me era conhecida pois esta já tinha sido tema do programa televisivo Custe o que custar (CQC)²¹, quando um visitante indignado com a situação da ponte quebrada e com riscos de cair, enviou um vídeo ao programa televisivo do canal Bandeirantes, e este realizou a matéria Proteste Já no assentamento, pressionando autoridades e secretarias na urgência da resolução do

²¹ http://www.youtube.com/watch?v=vjd_mDahVvA

problema. A matéria, transmitida em rede nacional, acabou por dar visibilidade ao assentamento e a cidade de Itapetininga, tendo o problema resolvido com rapidez devido à pressão midiática. Este fato, para o Sr. J. e seu filho L. demonstraram o quanto a mídia, quando a favor do MST, funciona.

Nós tínhamos ocupado a prefeitura duas vezes por causa de ponte e estrada. Nós conseguimos reunião com o prefeito que não conseguia falar de jeito nenhum com ele. Fizemos uma ocupação lá e conseguimos agendar uma reunião, mas será que vai? Mas foi. Mas prometeu coisas e coisas, tudo pra fazer. O tempo passava e não fazia. A ponte mesmo, a ponte cada vez caía mais. Aí levaram o cqc lá. O repórter pendurou as pernas lá embaixo (risos). Engraçado, eu falava ‘mas ninguém assiste’, porque é 11 horas da noite. Aí daquela vez que eles vieram eu não conhecia o trabalho deles não. Acompanhei lá e tal, eles vieram e falaram: tal dia vai passar. Eu vou assistir esse negócio pra eu saber. Mas era uma conversarada besta. Falei não vai prestar. Mas eles falam sério. (Sr. J. fevereiro, 2013)

Um monte de gente depois falava. Aí o INCRA rapidinho já baixou aqui né. Mas enquanto não fizer uma ponte de concreto o problema não vai acabar. (L. fevereiro, 2013)

Passada a ponte no trajeto até a “Agrovila”, onde mora a família a que fui conduzida, passa-se por um ponto em que está situado o posto de saúde do assentamento, no qual há atendimento uma vez por semana. Em seguida pode-se ter a visão da fazenda sede. A casa sede da antiga fazenda também era outro espaço já conhecido nas pesquisas realizadas antes de ir a campo, visto que já tinha sido o elemento central de uma pesquisa antropológica realizada com os Assentados entre 2004 e 2006, publicada em livro em 2009. O livro “Nervos da Terra- Histórias de Assombração e Política entre os Sem-Terra de Itapetininga- SP” do antropólogo Danilo Paiva Ramos (2009) entrelaça os relatos dos assentados e suas vivências com as experiências de luta pela terra e questão das crenças e histórias de superstição.

Diversamente, as “histórias de assombração” contadas por muitos assentados constituem, a meu ver, uma poética alternativa que, por meio do riso e da tensão corporal, iluminam profanamente a realidade. Contrapondo imagens de escravos, fazendeiros fantasmas, bolas de luz e ouro encantado, os assentados tecem estranhas montagens cujos choques permitem a eles especular sobre a história da Fazenda Monjolo, ocupada pelo acampamento, e refletir sobre suas próprias histórias. No dia-a-dia de trabalho árduo na terra pouco fértil, com a presença de órgãos não governamentais, e problemas do convívio entre os assentados, as “histórias de assombração” jostapõem-se às histórias da luta política. Os choques e contradições levam ao riso e a seriedade, tensão nervosa e relaxamento. Entre o medo e o divertimento tais narrativas auxiliam a lida com a terra num Sistema Nervoso. (RAMOS, 2009, p.19)

A sede da fazenda era um dos lugares cotados pelo movimento para se tornar escola de formação, tempos depois esta ideia foi solidificada, em outro município. A Escola

Nacional Florestan Fernandes, centro de formação de militantes, acabou sendo construída, por diversos motivos, no município de Santa Isabel. No entanto, a sede guarda algumas marcas que parecem refletir os conflitos com relação à demarcação de lotes quando foram assentados. O conflito coletivo com relação a este momento é relatado no livro de Ramos (2009) e também na dissertação de Mestrado de Silva (2009).

Uma grande casa nos moldes coloniais, com telhas desgastadas e pintura desbotada acabou por se tornar os 4 hectares de uso comum dos assentados. Mas até esta decisão, o problema era com relação ao modelo de assentamento que ali se instauraria. A maioria das famílias optaram conflituosamente em assembleias pelos lotes individuais. Isto pode ser explicado talvez pela busca de autonomia que a terra prometida traz para o campesinato depois de seu trajeto de espoliação pelo capital. Esta opção, porém, não era a do grupo que fazia a opção pela Agrovila, e que por conta própria, unidos por laços de parentesco construíram uma “agrovilinha”. Não por acaso, os produtores de orgânico do grupo ecológico são os integrantes da Agrovila e mais algumas poucas famílias de outros lotes.

Como o tempo que separou estes conflitos e a presente pesquisa é de cerca de 16 anos, acreditei que o assunto já pudesse estar superado e não achei viável nem conveniente questionar estas relações, porém elas não deixaram de ser observadas. Quando da conversa com um assentado que não pertencia à “vilinha” compreendeu-se as marcas que ficaram. Porém hoje talvez mais bem administradas já que a cooperativa de leite, e outros assentados com outros tipos de produção conseguiram alguma estabilidade econômica, ou encontraram ao seu modo sua reprodução social no lote individual.

Hoje a grande sede é utilizada eventualmente para assembleias, reuniões e festas coletivas. As casas das famílias, no entanto, são de estruturas simples. A Agrovila onde mora R., minha primeira informante e filha do Sr.J., há casas similares, todas avarandadas, com pequenas árvores frutíferas e cercadas de outras grandes árvores nativas que projetam grandes sombras nas casas próximas.

Quando foi relatado à família que me recebeu o intuito inicial da pesquisa de investigar o modo de vida caipira entre os militantes assentados do MST, a primeira pessoa que me foi indicada para relatar sobre a militância foi o Sr. J. Este, como patrono da família, parece ser o guardião da história de luta da conquista do assentamento. Como pude estar presente em diversos momentos entre o grupo, pude ouvir a história ser recontada mais de uma vez. Desde como deixou a vida de parceiro, empregado salariado, morador da cidade até o período de luta, acampamento (este contado sempre com muitos detalhes) e finalmente a conquista da terra. Esta história, imortalizada em sua memória, como observa Pereira (2004),

passa pelas três fases ritualísticas de Parceiro, meeiro ou trabalhador assalariado (neste caso passando pelas diversas experiências), para acampado e por fim assentado.

Parceria porque não tinha terra. E depois no Paraná eu trabalhei numa parceria. Aí quando eu fui pra Guareí eu já fui pra assalariado. Era trabalho rural, mas era trabalho assalariado. Depois de Descalvado eu mudei de novo pra Tania que era em Botucatu. Lá eu fiquei menos tempo. Eu fiquei 7 meses. De lá eu comprei uma barraca em Jardim do Rumo em Sorocaba, eu mudei pra lá. Foi onde eu fiquei dois anos fora do campo, na cidade. Aí então que eu conheci o movimento. (Sr. J. fevereiro 2013)

Sr. J. veio de Minas e participou do processo de luta pelo assentamento desde o seu início, sendo um exímio militante que conseguiu transmitir os mesmos ideais aos filhos. O que se observou nas primeiras conversas é que mesmo que os costumes, modo de falar, se vestir, comer sejam caracteristicamente do homem do campo, as experiências narradas demonstram uma vasta vivência proporcionada pela trajetória que a família teve fugindo das dificuldades econômicas. A trajetória do Sr. J., assim como a de vários pais de família inseridos no movimento, começa em Minas Gerais trabalhando como meeiro numa grande fazenda. A partir do momento em que começa a se envolver com sindicatos e questões políticas o patrão foi transferindo sua terra para localidades cada vez mais improdutivas. Expulsando-os da terra, de maneira que seu envolvimento com a política o tornou uma figura conhecida, transferiram-se para o Paraná tornando-se assalariados. A situação econômica e de exclusão foi transformando a trajetória da família que depois se mudou para a cidade de Sorocaba lá permanecendo por dois anos até se inserirem no Movimento Sem Terra. R. relata que rapidamente encontraram emprego na cidade, mas havia uma grande insatisfação por estarem num lugar em que não encontravam o sentimento de pertencimento. O pai ressalta:

Esses dois anos de experiência que eu tive lá em Sorocaba não foi bom não. Você acordava de noite com uns pipocos na porta assim. E a ambulância quando chegava o defunto já estava morto. Meu Deus isso não é a vida que eu quero pra mim não. Aqui você só encosta a porta pro cachorro não bagunçar, deita e dorme. É uma vida boa demais. (Sr. J. fevereiro, 2013)

O Movimento apareceu por meio da igreja e o primeiro a participar foi o pai, mesmo com o receio da família. Pouco depois os filhos foram deixando seus empregos para se inserir no movimento, seguindo os passos. Fica evidente também na fala de R. o quanto o acampamento é a situação mais marcante do processo de luta. A vivência em situações materialmente precárias é algo que parece “peneirar” a resistência das famílias. Ela conta com pesar sobre o acampamento Santa Maria da Conquista, situado também em Itapetininga que

está próximo de completar 10 anos e que não se consegue vislumbrar a possibilidade de serem assentados devido ao processo judicial em que se encontra a terra já desapropriada.

Já na primeira entrevista, o grupo relatou espontaneamente sobre outros pesquisadores e grupos de estudantes que receberam. A casa central do Sr. J. parece ser o abrigo daqueles que intencionavam realizar pesquisas no local. Isso se deve talvez ao fato de o grupo nunca ter abandonado a militância, e o relato a fim de manter viva a história e a experiência de algo que deu certo em seus ideais de conquista da terra adquire características de um testemunho vivo de superação.

Igual eu mesmo nunca tive terra não. Comprei um barraco em Sorocaba, única coisa que eu tinha. E sempre 6, 5 pessoas trabalhando, fazendo uma economia do caramba e não sobrava nada. Aí entremos nessa ocupação aí e em 2 anos a gente pegou 2, 3, 5 lotes de terra pra toda família. Aí já deu um salto de qualidade muito grande. (Sr. J. fevereiro, 2013)

Ao serem questionados sobre a relação que estabeleciam com a cidade de Itapetininga, a qual o assentamento pertence, afirmaram que esta era muito difícil já que a cidade, nas palavras de R., é muito “*conservadora*” no sentido de compreender o que é o MST. A palavra “*conservadora*” utilizada por Rosa se destacou para mim já que a mesma geralmente é utilizada para definir as sociedades *rurais*, *rústicas*, *do campo*. Em antagonismo aos adjetivos *modernos*, *avançados*, etc. são referidos aos centros urbanos. Quando Rosa usa a palavra “*conservadora*” para se referir à cidade de Itapetininga, vemos esta lógica ser subvertida. Os assentados do Carlos Lamarca quando precisam ir à cidade sempre se dirigem a Sarapuí, que fica mais próximo do local. É uma cidade menor, mais interiorana, mas que aparentemente tem relação amigável com os assentados.

De início a gente sentia muita discriminação. Itapetininga tem bastante gente conservadora. Não foi muito o esforço de que a gente fosse assentado, mas com o tempo isso foi acabando. Sarapuí também, mas hoje a relação é boa. Eles vem aqui, a gente vai lá. Aquele preconceito acabou. Apesar de aqui ser Itapetininga, quem levou mais vantagem foi Sarapuí, porque quando é assentado vem bastante verba. Porque quando precisa fazer as coisas. Porque aqui pegamos tudo novo, não tinha nada. Então 47 casas construídas, gado comprado. Tudo a maior parte a gente comprou de Sarapuí, material de construção. Porque lá em Itapetininga se precisasse de 5 sacos de cimento, se trouxesse tudo perdia. E Sarapuí a gente tinha esse controle, se precisasse dois, três eles traziam o que a gente precisava, né, pra evitar desperdício. Então Sarapuí lucrou muito mais. (Sr. J. fevereiro, 2013)

Com relação à aceitação da cidade frente ao assentamento e ao movimento a reclamação de R. referente à mídia, pelo que se percebe na sua fala, é muito bem construída.

Isso se deve com certeza à construção midiática negativa que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra sofreu desde a sua gênese. R. afirma que depois do que passaram durante as dificuldades de aceitação e veracidade dada pela mídia, durante o período de acampamento e luta pela terra, ela passou a desconfiar de todas as notícias de jornais. Afirma ainda que "a escola e a igreja é que tem o poder de transmitir as coisas porque é muita gente reunida" (R. fevereiro, 2013)

A militância e conhecimento de R. frente à construção histórica do assentamento demonstram seu protagonismo político. No primeiro encontro com a família todos se sentaram na sala e se apresentaram, porém, esta era a que mais narrava as experiências, contrariando a ideia de que nas famílias rústicas as mulheres muitas vezes não encontram papel de protagonismo. Ela afirma que é muito difícil participar sempre porque muitos têm filhos e algumas práticas agrícolas não permitem que viajem com frequência, ainda mais se não conseguem ter a família perto para suprir as necessidades do trabalho quando um ou outro precisa viajar. Quem tem gado, por exemplo, não pode dormir fora de casa se não tiver outra pessoa que de manhã vá tirar o leite. Dessa maneira ela justifica a não participação ativa dos demais no MST depois de assentados já que as necessidades do trabalho no campo não permitem.

Foi então, a partir da segunda ida ao campo, que em conversa sobre a produção orgânica dos integrantes da Agrovila, e conhecendo melhor suas experiências, que pude perceber o quanto o discurso da agroecologia assume também um papel de militância. Não por acaso, o filho mais novo da família, que no primeiro dia em que estive no assentamento estava timidamente ouvindo música em seu quarto, despontou como o sujeito que fez a ponte entre as inovações propostas pelo MST e a possibilidade de uma ressignificação à terra conquistada já há alguns anos. Se a ideia de Agrovila para todo o assentamento na divisão de lotes acabou não se concretizando, a proposta da Agroecologia, enquanto prática e militância acabou despontando como um novo horizonte no vazio ideológico em que muitos assentados acabam se deparando, seja por desencantamento ou necessidade de se inserir no mercado de outras formas.

Hoje tem produção em grande escala de orgânico mas não beneficia pequeno. A gente quer fazer diferente pra que esse produto chegue na mesa do menos favorecido também. No caso desse grupo orgânico a gente faz mutirão, troca semente, planta também produção pra colher semente. Lá no meu lote tem uma área que foi plantado vários tipos de coisa pra colher semente. Faz essas trocas de semente e também o mutirão. (Sr. J. fevereiro, 2013)

A questão ideológica, e a tentativa de resistir frente à intromissão, também em seus lotes à produção mercadológica, produzida com insumos químicos e agrotóxicos, é relatada também por L. quando este afirma que mesmo dentro dos assentamentos o Agronegócio está fortemente presente: “Tem assentamento que o agronegócio tá lá dentro já também. Tem liberação de crédito que é facilitado por causa da questão da terra. Facilita um agronegocinho.” (L. fevereiro, 2013).

D. fez o curso técnico em Agroecologia no ano de 2008 por indicação da regional do MST pelo Projeto de Educação e Capacitação de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA) curso teórico e com parte do trabalho prático tendo que ser realizado na comunidade de origem. Com constantes reuniões e tentativas de convencimento, conseguiram em outubro de 2011 criar um organismo de controle social (OCS) e surge então o Grupo Ecológico Terra Viva. Em julho de 2012 adquirem o certificado de produtores orgânicos da OCS.

Sabendo então que eu residiria boa parte da pesquisa em Itapetininga, fui interpelada pelo grupo com um pedido de divulgação dos produtos que ainda não conseguiram atingir um mercado abrangente de consumidores devido à falta de incentivo e políticas que favoreçam esse tipo de produção de alimentos. Isso fica claro na fala de dois integrantes do grupo:

O que temos são projetos pra implantação de área de sistemas agroflorestais. Tudo que estamos fazendo o esforço é nosso, tanto pra produzir semente, pra produzir o adubo que a gente usa na área de produção. Não tem uma política voltada pra Agroecologia e o que tem não consegue ter acesso. Enquanto o BNDS, que é um banco público financia o Agronegócio, dá quase todo recurso pro Agronegócio pra nós não tem nada. O PRONAF não é uma política muito boa pra nós. Ela é mais pra gente ficar endividado mesmo, não é uma coisa que tá volta do pra realidade, pra agroecologia. (D.maio. 2014)

Este pedido fez com que a pesquisa fosse repensada através dessa nova situação colocada e a posição de *participante observadora* se colocaria. Isto fez com que em alguns momentos eu abandonasse o caderno de anotações, o gravador e qualquer aparato de pesquisador utilizando de algumas tecnologias, muitas vezes indisponíveis para o grupo, com o intuito de potencializar as possibilidades de venda do grupo. Como exemplo, fotografias, notebook, textos informativos. Com esta experiência, no entanto, adquiriu-se também um material de pesquisa que hoje mostra o percurso que o grupo percorreu a cerca desse um ano e meio de minha participação na divulgação.

Realizada a primeira reunião com parte do grupo ecológico, foram pensadas maneiras de comercializar estes produtos. A venda necessariamente precisava ser feita diretamente com os consumidores. A certificação orgânica do grupo não permite atravessadores. Essa limitação, no entanto, tem uma intenção política, que é protagonizar o produtor. Para isto, além da venda, o grupo tem interesse em debater a questão da Agroecologia. A ideia inicial foi realizar um encontro entre possíveis interessados para que pudessem divulgar a ideia e discutir coletivamente quais as melhores formas de comercialização. As redes sociais acabaram por se tornar o melhor caminho para divulgação da ideia e da proposta. O ponto negativo, porém, é que o grupo tinha acesso limitado a estas ferramentas. Minha intenção então era traçar um caminho em que no final eles pudessem arranjar maneiras independentes de realizar a comercialização.

A primeira sugestão foi de conseguir a concessão de um espaço na feira livre, mas isto ainda era um impasse, pois seria necessário entrar com documentação perante a prefeitura da cidade e haveria um tempo de espera. Enquanto este procedimento seria tomado, foi sugerido então o esquema de “cestas”, experiência econômica já realizada em grandes centros onde o consumidor tenta estar mais próximo do produtor. Meu papel de mediadora seria então entrar em contato com o grupo semanalmente por telefone, listando os produtos oferecidos e posteriormente encontrando meios de divulgação na cidade, grupos catalisadores de causas ambientais e veículos de informação. Foi criada uma página no Facebook, um e-mail e oferecido um telefone de contato para que os pedidos fossem feitos semanalmente. A entrega seria feita toda quinta-feira no escritório da Associação Regional de Desenvolvimento Agrário (ARDA), entidade do próprio MST. Além de essas entidades serem espaços políticos do movimento servem para que os assentados consigam acessar as políticas públicas destinadas para as áreas de reforma agrária. Isso inclui créditos como o PAA, PNAE, infraestruturas como as agroindústrias, etc. Este seria um primeiro estágio até que o grupo conseguisse atingir um público e tivesse um contato autônomo sem mediações.

O principal meio de divulgação dos produtos foi a internet, e também o mais eficiente. A partir da página no Facebook conseguiu-se dar visibilidade ao Grupo, com imagens da produção, dos lotes e do cuidado. Isto permitiu também que outros contatos fossem se estabelecendo com outros grupos locais interessados nas causas ambientais. O público que mais se interessou e acabou colaborando na divulgação foi um grupo já consolidado na cidade de vegetarianos. A carência na cidade de um mercado com produtos diferenciados fez com que estes interesses acabassem se unindo.

Semanalmente era divulgado na página do Facebook ²²:

Figura 1- Imagem de divulgação circulada na internet para venda dos produtos orgânicos em Itapetininga

Orgânicos Lamarca – Itapetininga- SP
Grupo ecológico Terra Viva

ENTREGAS QUINTA (08/08)

Produtos da semana:

-Batata doce- r\$ 2,50 quilo	-Rúcula- r\$ 2,00 300 gramas
-Repolho- r\$ 2,50 uma unidade média	-cheiro-verde- r\$ 2,00 maço
-Limão rosa - r\$ 2,0 quilo	-Coentro – r\$ 1,00 maço
-Mandioca- r\$ 1,50 quilo	-Alho japonês- r\$ 1,00 100 gramas
-Alface crespa ou americana- r\$ 1,50 unidade	-Hortelã- r\$ 1,00 maço
-Couve- r\$ 2,00 maço	-Manjerona- r\$ 1,00 100 gramas
	-Açafrão- r\$- 0,50 100 gramas

**Os pedidos devem ser feitos por mensagem na página www.facebook.com/organicoslamarca ou pelo email organicoslamarca@hotmail.com*

** Será acrescentado uma ajuda de custo com relação ao frete que pode variar de acordo com o número de pedidos (entre 3 e 5 reais). A retirada é na Rua Pedro Voss, n.500 (ao lado do S.O.S na praça da Aparecida).*

**Pedimos que levem uma sacola retornável.*

Criou-se também um blog²³ no qual se pôde arquivar todas as imagens de cada produtor orgânico, listados o tipo de produto que é cultivado em cada terreno.

²² <https://www.facebook.com/organicoslamarca>

²³ <http://organicoslamarca.blogspot.com.br/>

Figura 2- imagem do blog criado para servir de arquivo das informações sobre os produtores.

Entre os produtos oferecidos periodicamente estavam: Beterraba, Cenoura, Alface Americana, Alface Crespa, Alface Roxa Lisa, Brócolis, Cebolinha, Hortelã, Rúcula, Cheiro Verde (Salsinha e Cebolinha), Manjeriço, Orégano, Couve, Espinafre, Cenoura, Beterraba, Repolho, Rúcula, Rabanete, Mandioca, Banana, Erva Doce, Capim Santo, Orégano.

O percurso então entre divulgação e venda das cestas foi progressivo e em cerca de 3 meses a concessão do espaço na feira livre de Itapetininga finalmente foi conseguida. Dessa maneira os produtores ofertam o seu produto semanalmente domingo e quinta-feira, não ficando mais dependentes das encomendas. A divulgação informal na feira, com a faixa que os identifica como produtores de orgânicos também tem gerado resultados positivos. O único problema maior para o Grupo tem sido a condução. O transporte ainda é precário e por mais de uma vez falhou. No entanto não tem sido motivo para que o grupo desista.

A relação entre produtores e consumidores, no caso da Agroecologia, percebeu-se estar aquém de uma relação de compra e venda. A venda está imbuída de informações que mais de uma vez os produtores precisam explicar até que o consumidor se torne cliente e já não precise da mesma informação. Isso exige militância e conhecimento do que se está produzindo.

Segundo Altieri (2004) a Agroecologia se constrói também a partir dos conhecimentos específicos de uma dada região e de sua comunidade. Estratégias agrícolas

devem ser pensadas a partir dos recursos oferecidos pelos agroecossistemas regionais. O conhecimento tradicional de uma dada região pode ser um verdadeiro *locus* de conhecimento, que se não transferido para outras gerações pode desaparecer gradativamente, deixando à mercê do tempo que dada região perca uma riqueza de práticas prejudicando a produção de alimentos nos diferentes cantos do mundo.

A produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento.(ALTIERI, 2004, p.27)

Existem, segundo os agroecologistas (ALTIERI, 2004), quatro aspectos relevantes nos sistemas tradicionais de conhecimento: Conhecimento sobre o meio ambiente, taxonomia biológicas populares, a natureza experimental do conhecimento tradicional, e conhecimento das práticas agrícolas.

Desse modo cerca de dez anos separam a posse da terra até o momento em que D. , técnico em Agroecologia e assentado, decide iniciar o plantio de orgânico e iniciar a transição agroecológica do local. Como relatado pelo próprio grupo, no início foram incentivados inclusive para a criação de gado, já que o solo não era considerado de muita fertilidade, mas L. alega que nem todos tinham prática e costume com a pecuária . Para poder plantar o grupo foi conhecendo melhor e se adaptando ao ecossistema presente no local, conservando fontes de água e dando condições melhores para o solo. Pelo fato de a Agrovila estar próxima de parte da reserva de Mata Atlântica do Assentamento, isso permitiu um remanejo abundante do local e o resgate de práticas tradicionais já conhecidas pelas diversas gerações que integram o grupo familiar.

A visão do Agrotóxico como principal inimigo do pequeno produtor é comum à todos os integrantes, passado o período de formação e discussão do grupo junto dos benefícios que passaram a observar :

Não existe o ser humano no processo de produção. O ser humano é descartado por máquina, por veneno e daí por diante. Então, na agroecologia como traz as pessoas pro trabalho na prática, envolve a família então ele se torna um trabalho mais difícil porque cê tem que pegar mais no pesado. E obriga a gente a pensar, pensar por si mesmo. Não ter uma pessoa, um técnico que vai lá e te diz pra você usar isso ou usar aquilo, faz isso ou faz aquilo. Você tem que pensar, tem que entender como que funciona sua realidade ali na onde você trabalha, pra você entender qual o caminho que você tem que tomar pra poder fazer agroecologia. (D. mai. 2014)

D. acredita que a Agroecologia tem que se transformar em um movimento social mais amplo, não restrito apenas ao MST. Isso vai de encontro com a configuração que os movimentos sociais tem adquirido contexto político e social das últimas duas décadas, como observa Santos (2013):

A novidade mais dos NMSs (Novos movimentos sociais) reside em que constituem tanto uma crítica da regulação social capitalista como uma crítica da emancipação social socialista tal como ela foi definida pelo marxismo. Ao identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e nem sequer são específicas dela, como sejam a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo, e ao advogar um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade vida, os NMSs denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem, não só o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e , finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe social e sim grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo. (SANTOS, 2013, p. 254)

O que este trabalho de observação participante permitiu que pudesse ser observado, conhecendo a história do Assentamento Carlos Lamarca, é que o MST enfrenta hoje o desafio de inserir produtivamente o trabalhador rural, não apenas proporcionando a terra. Se faz necessária uma bandeira ideológica que possa dar sentido à vida desses diversos sujeitos que carregam diferentes histórias de vida. Um elemento em comum entre todos eles é o desejo de autonomia pela conquista da terra. A agroecologia surge então como elemento agregador já que o trato com a terra nesse sistema de produção coloca o camponês como sujeito da ação, fazendo com que ele reconheça seu território e busque alternativas dentro do ecossistema em que vive. Não obstante, isto exige mão-de-obra e esta, assim como nos modos de vida tradicionais camponeses, tem melhor resultado quando realizada pela própria família. Se a desagregação familiar era um dos motivos do fim do campesinato, encontra na agroecologia uma forma de reprodução revisitada. Como D. e os demais filhos do Sr. J. que trabalham os lotes com esse sistema, afirma, não é apenas produzir e vender. A agroecologia exige do produtor “pensar”, isso pode ser traduzido em como encontrarão estratégias de venda, convencimento, e um público consumidor que hoje é diferenciado. Não se vende apenas o produto, mas nele está imbuído também um estilo de vida que visa ligar cidade e campo de uma nova maneira por meio de algo que é essencial ao ser humano : a alimentação.

Retomando Candido (1971), o que se torna elementar na vida do camponês caipira é a questão da subsistência e a existência do grupo depende de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, buscando soluções adequadas para isso.

(...) a alimentação ilustra o caráter de sequência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores da sua solidariedade profunda, e , na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da Natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica. (CANDIDO, 1971, p.28)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de vida camponês em todo o mundo tem passado por uma degradação econômica e cultural progressiva, graças aos métodos de produção cada vez mais mecanizados e das relações de dependência de importação e exportação existente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O grande cerne dessas relações, que precisa ser pensado em longo prazo é a questão da produção de alimentos. A diversidade de alimentos produzidos, no caso do Brasil, ainda está na mão da resistente agricultura familiar. Prevenindo um possível colapso na produção de alimentos se faz necessário a criação de medidas e programas de desenvolvimento rural que privilegiem este aspecto, agregando medidas econômicas à erradicação das desigualdades sociais.

Hoje temos uma estrutura produtiva competitiva, fruto de inovações tecnológicas e que colocou o Brasil em posição de liderança, mas a constatação é que este direcionamento a grande agricultura não gerou efeitos distributivos. Para uma efetiva mudança, é necessário incluir produtivamente os agricultores de subsistência em busca de um desenvolvimento humano mais efetivo.

A elevação do PIB e da renda de um determinado país e região, até então não era questionado de como isso afeta a vida humana. Relacionar o desenvolvimento dos modos de produção e geração de bens e serviços com a qualidade de vida é imprescindível para uma economia a serviço de todos.

A Questão Agrária no Brasil continua sem resolução. Se antigamente a Reforma Agrária era a bandeira e a utopia para acabar com a pobreza no campo, hoje também ela é questionada já que mesmo em Assentamentos do MST o poder do Agronegócio já lançou seus tentáculos, principalmente com as consequências do frequente uso de insumos químicos e agrotóxicos, financiados por um mercado e uma ciência voltada à monocultura e ao monopólio.

Marques (2004b) relata que com o Programa Banco da Terra, criado em 1999 pelo Governo Federal deu-se início uma ênfase na desapropriação de terras improdutivas, com a justificativa de barrar um possível mercado de terras produtivas, onde havia um processo de financiamento direto com os proprietários. No entanto, isso vai contra o propósito de Reforma Agrária, que visa cumprir sua função social na luta contra o latifúndio que historicamente impediu a distribuição de terra e renda no Brasil. Tais elementos corroboram a hipótese de que Reforma Agrária sem projeto social mais amplo não trará transformações sólidas a um problema que é histórico no país.

O PAA prevê implantação, consolidação e emancipação em um período aproximadamente de cinco anos e geralmente o modelo proposto segue o padrão difundido pela modernização da agricultura, iniciado com a Revolução Verde. Uma mudança nesse processo, que se volte a novas práticas de trabalhar a terra como a Agroecologia, dependendo do tempo de assentamento, só será possível se os assentados mantiverem ao longo dos anos uma relação estreita e de acompanhamento com a bandeira do MST. A racionalidade técnica, advinda da relação do INCRA e outras instituições de fomento no campo muitas vezes é verticalizada, e dar prioridade a métodos e práticas que busquem um equilíbrio no diálogo entre assentado e técnico para o sucesso do assentamento, e principalmente, para que o significado da nova terra tenha sentido àquele que nela vai reproduzir sua vida e a longevidade de sua família.

Não raro, o discurso por parte desses camponeses expropriados é que a rua e a cidade são os espaços do mercado e da violência, onde se depende de dinheiro para tudo, onde pais não tem tempo para os filhos e estes ficam expostos a diversos perigos. Porém, dentro disso a transitoriedade é uma constante na vida dessas pessoas. Grande parte dos integrantes do MST já viveram experiências na cidade. O retorno à terra representa então a realização da autonomia. A terra prometida é autonomia.

Há uma preocupação por parte dos assentados com relação à desmoralização de assentamento perante a opinião pública. Defendem para isso a questão da posse, e não da propriedade da terra. Enquanto propriedade se perde o intuito de coletividade e a terra se torna mercadoria, via de acesso do agronegócio. Não desejam ter o território invadido por indivíduos ou grupos que ameacem a reforma agrária.

Como o lote é o local de reprodução da família,

O pai é o responsável pela gestão da unidade produtiva e conta com a “ajuda” dos filhos moços ou pequenos e da esposa, que acumula o trabalho agrícola com os serviços domésticos. Nas épocas de maior intensidade de trabalho, é frequente a troca de dias, o mutirão, ou mesmo o pagamento de dias de serviço a outros assentados. (Marques, 2004b, p.279)

Esta relação na gestão da terra, que é quase um princípio em algumas famílias, é algo difícil de se transformar. Esta lógica se transforma apenas quando, como benefício, o gestor da família visualiza uma maior inserção no mercado e alternativas que façam com que os filhos permaneçam no lote. Existe uma forte resistência dos assentados que já tiveram alguma experiência no campo, em adotar novas práticas e formas de organização que não levem em conta algum saber que eles já dominam, por isso a importância novamente da Agroecologia.

Este aspecto pôde ser claramente observado no Grupo Ecológico Terra Viva no Assentamento Carlos Lamarca. O convencimento do patrono da família só se deu com resultados práticos visíveis. Dessa maneira o filho mais novo se torna o encabeçador do novo projeto de emancipação agroecológica.

A suposição de que existam similitudes entre os assentamentos do MST e os antigos bairros rurais paulistas é quase que evidente, seja pelas observações a campo ou mesmo teóricas. Esta hipótese necessita, porém, de aprofundamento acerca da análise dos hábitos e costumes, e também da noção de cultura que se pode encontrar ali a fim de que possamos compreender as complexidades e diferentes subjetividades que levadas à luta pela terra são agregadas na condição de assentamento.

Não menos importante é pensar como se encontra a questão da politização do homem no campo hoje. Recentes notícias nos trazem dados de que o número de famílias assentadas tem diminuído vertiginosamente, embora a demanda ainda continue alta. Os fatores que explicam isso, em um país que recentemente tem alcançado índices econômicos satisfatórios, são vários. Entre eles podemos refletir sobre as políticas públicas como *Bolsa Família*, que criam condições e esperança do permanecimento na cidade, mesmo que em condições ainda periféricas, porém alentadas pela possibilidade de consumo. A diminuição da atuação da igreja católica, via comunidades eclesiais de base, também pode ser um fator já que desde 1990 esta foi perdendo pouco a pouco sua popularidade nas camadas mais baixas, onde em contrapartida se viu crescer a influência das novas igrejas pentecostais evangélicas. O fator mais evidente por fim é a política adotada para agricultura, que cada vez mais privilegia a exportação, não mudando em si a lógica de nosso passado colonial, porém modernizando-a.

O agronegócio, de certa maneira é fruto de um contexto global e a realidade dos assentamentos rurais é perpassada por questões locais, regionais e tradicionais. O desafio é conformar um projeto nacional num contexto cada vez mais globalizado, levando em conta as complexas e multidimensionais relações, pois além dos trabalhadores sem-terra temos no Brasil também a questão indígena, os quilombolas, entre outras especificidades que precisam ser incorporadas. Portanto, essa experiência da diferença não está livre de contradições.

O que se analisa é a necessidade de mediadores criativos que possam compreender que a busca de um processo democrático via distribuição de terra é também uma luta pelo direito à diferença. Unificando temporalidades distintas o MST cria novas vivências com seus assentamentos e escolas, dinamizando regiões e não contribuindo para o aumento do desemprego nas cidades. Pode-se dizer que ao realizar este intento não espera por uma revolução, mas promove transformações emancipatórias nos seus contextos específicos.

Partindo do princípio que a terra é morada da vida e patrimônio pelos povos do campo o respeito e horizontalidade no trato dos projetos e programas que visam melhorar o mundo rural é de extrema importância para o seu sucesso.

A questão da natureza, e da produção de alimento emerge juntamente com essas populações que teceram sua racionalidade a partir da vivência com a terra, animais, florestas, etc. São detentoras de um conhecimento diversificado que pode ser útil na procura de novos caminhos. Dessa maneira a questão do MST se une às outras, pois os problemas que a Monsanto traz não são muito diferentes dos que as redes de fast food apresentam para cidadãos urbanos que se preocupam com uma alimentação consciente. Paralelamente a isso vemos a ecologia começar gradativamente a influenciar a agricultura, isso devido à intensificação de pesquisas de ecologia de populações, abordagens em níveis de sistema, etc. A incorporação dessas questões pelos movimentos sociais trazem atualidade e nova roupagem à politização dessas pessoas, trazendo nova luz a debates que no olhar da sociedade civil já pudessem estar desgastados. Pressionar governos sobre a necessidade da Reforma Agrária é pressionar também sobre a necessidade de Segurança Alimentar e para isso o salvaguardo das culturas rústicas pode se tornar uma preditiva importante.

A resolução dessas questões torna-se crucial e inevitável para pensar o uso futuro de matérias primas e a sustentabilidade das práticas econômicas vigentes. Isso faz com que atitudes políticas ou de mudança de paradigmas na atualidade levem em conta os percalços e riscos que novas práticas podem conter já que algumas medidas podem ter consequências irreversíveis.

No que tange a Reforma Agrária realizada pela política de Assentamentos, engendrada pela luta do MST, a busca pela autonomia enquanto assentado, ao mesmo tempo que se coloca como sonho e utopia, pode ser elemento desestruturador dentro do movimento. Quando os moradores da Agrovila do Assentamento Carlos Lamarca optam por uma opção coletiva de produção, também tem como tentativa unir forças contra o grande poder do capital. Todas essas relações, que são perpassadas por emoções, sentimentos e diferentes histórias de vida são reflexos do quão conflituoso pode ser a criação de um novo espaço coletivo e que não bastam muitas vezes técnicos em determinados assuntos para resolver determinadas questões se estes espaços não forem olhados por um espectro multidimensional.

Nem todos os assentados continuam militando no MST depois que recebem a terra. Este fator corrobora para a hipótese de que a longo prazo assentamentos podem sofrer uma verdadeira favelização no campo se não amparados por políticas de formação e recursos.

Um grande problema ainda para os sistemas de produção agroecológicos é a falta de instrumentos e indicadores que avaliem a viabilidade, assim como a adaptabilidade e a durabilidade dessas práticas. Existem, segundo Altieri (2004) duas práticas promissoras conhecidas como diagnóstico rápido participativo (DRP) e a contabilidade de recursos naturais (CRN). A primeira enfatiza métodos informais de levantamento de dados visando um processo participativo entre os moradores locais e pesquisadores. A segunda incorpora as externalidades ambientais (são contabilizadas) à análises custo-benefício.

Mesmo que oriunda de outros sujeitos e correntes, o que se percebe é que o discurso da agroecologia adquire características próprias ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e com sua prática, pode trazer dois elementos dos mais importantes para a reprodução e reinvenção do campesinato: a autonomia para o assentado e a produção consciente de alimentos para a população como um todo.

Por fim, percebe-se que distribuição de terra sem políticas e projetos que respeitem os sujeitos do campo não trará a transformação social pelas quais os novos movimentos sociais buscam. Ao ser questionado sobre o que é Agroecologia, um dos integrantes do grupo mostra-nos suas perspectivas, a partir de sua realidade:

É a transformação dessa sociedade que o MST sempre lutou. Transformação de fato da mudança do ser humano, do olhar que a gente tem pela natureza, o respeito com as pessoas, o envolvimento da família no trabalho, o contato do povo do campo com a cidade. É a transformação que a gente luta desde sempre no movimento. (D. maio, 2014)

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP v. 24, n. 68, p. 103-120, 2010.

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental- Ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H. HERCULANO, S. PÁDUA, J.A. (org). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ANDRADE, M. C. As tentativas de organização das massas rurais- As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). In: WELCH, C. A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J. S. B. ; WANDERLEY, M. N. B. (orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. v.1**. São Paulo: UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A Formação do Discurso da Agroecologia no MST**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2010. Dissertação (mestrado).

BECK, U. A Reinvenção da Política. In: GIDDENS, A. et al. **Modernização reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. En: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 197-221.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. En: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 222-232.

CAMARGO, E. A. O. M., BORSATTO, R. S. **Reflexões sobre o processo de conscientização ambiental de Agricultores assentados a partir da implantação de um projeto de Extensão universitária no assentamento 23 de maio - Itapetininga/sp**. Disponível em: http://www.revistasapere.inf.br/download/2012-1/CAMARGO_BORSATTO.pdf

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, Ed: EDUSP, 2003.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **REVISTA NERA** – ANO 7, N. 5 – AGOSTO/DEZEMBRO DE 2004 – ISSN 1806-6755.

CEVASCO, M.E. Um plano de trabalho: “Culture is Ordinary”. In: **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? In: ALIMONDA, H.(Org.). **Ecologia política: natureza, sociedad y utopia**. México: Clacso, 2002.

DEBERT, Guita G. “Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral”. In: CARDOSO, Ruth C. L. (org.). **A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (pp. 141-156)

FERNANDES, B.M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro- Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - mst (1979 –1999)**. São Paulo, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Tese (doutorado)

FIORI, J.L. e TAVARES, M. da C. **(Des)Ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HERMANN, M. 1º PIB agropecuário esconde má distribuição de renda. **Correio de Itapetininga**, Itapetininga, 31 jan., 2014. Disponível em: <http://portal.correioeditapetininga.com.br/noticia/ver/41742/1%25c2%25ba-pib-agropecuário-esconde-má-distribuição-de-renda>

HERMANN, M. Agricultura familiar ocupa 30% da área de produção. **Correio de Itapetininga**, Itapetininga, 7 fev, 2014. Disponível em: <http://portal.correiodeitapetininga.com.br/noticia/ver/41825/agricultura-familiar-ocupa-30%2525-da-area-de-producao>.

HERMANN, M. Pequeno produtor da região terá 60 milhões. **Correio de Itapetininga**, Itapetininga, 30 mai, 2014. Disponível em: <http://portal.correiodeitapetininga.com.br/noticia/ver/43265/pequeno-produtor-da-regiao-tera-r-605--milhoes>

JACKSON, L. C. **A Tradição esquecida: Os Parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido**. Belo Horizonte/São Paulo: Editora da UFMG/Fapesp, 2002.

JACKSON, Luiz Carlos. 2007. Tensões e disputas na sociologia paulistas (1940-1970), **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 22, n. 65, outubro 2007.

JÚNIOR. C. P. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARQUES, M.I.M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M. I . M. ; **O campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004a.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____, K.. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, A.U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002

PEREIRA, J.R. Terras e Reforma Agrária. WOORTMANN, E. (org.). In: **Significados da terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PEREIRA, O.D. A marvada carne: uma epopeia caipira. *Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, n 14, 2007, pp.33-50.

PLATA, L.E.A., HADA, R.N. Dinâmicas e consequências do agronegócio no município de Itapetininga. In: *Workshop de pós-graduação e pesquisa*, Centro Paula Souza, 2012. Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/007-workshop-2012/workshop/trabalhos/gestneg/dinamica-e-consequencias.pdf>

QUEIROZ, M. I. P. de. *O campesinato brasileiro. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

_____. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

_____. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, C. A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J. S. B. ; WANDERLEY, M. N. B. (orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. v.1**. São Paulo: UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

RAMOS, D. P. **Nervos da Terra: histórias de assombração e política entre os Sem-Terra de Itapetininga**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

RAYNAUT, C. Interdisciplinariedade: mundo contemporâneo , complexidade e desafios à produção e à aplicação do conhecimento. In: **Interdisciplinariedade em ciência, tecnologia e inovação**. São Paulo: Manole, 2011

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**, São Paulo: Depto. de Sociologia- USP, vol.5, n.1-2, p. 31-52, 1993.

_____, B.S. Subjetividade, cidadania e emancipação. In: **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2013. Pp 223-227.

SAUER, S. BALESTRO, M.V. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S. BALESTRO, M.V.(orgs.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Populas, 2013. Pp 7-15.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SHIKI, S. Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira sobre o desenvolvimento humano. In: SAUER, S. BALESTRO, M.V.(orgs.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Populas, 2013. pp 137-171.

SILVA, A. C. da. **O assentamento Carlos Lamarca em Itapetininga-SP: organização e dinâmica territorial**. Dourados, Mato Grosso do Sul: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009. Dissertação (mestrado)

SOUSA, M.M.O. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. Élisée, **Rev. Geo. UEG - Goiânia**, v.1, n.1, p.141-155, jan./jun. 2012.

VEIGA, J.E. Pobreza rural, distribuição de riqueza e crescimento. In: **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**, Ministério do Desenvolvimento Agrário. TEÓFILO, E. (org.). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Brasília: 2000, pp. 173-200.

WHYTE, W.F. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade : de Coleridge a Orwell**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. **Anuário Antropológico**, nº87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

ZALUAR, A. Teoria e Prática do Trabalho de campo: Alguns Problemas. In: DURHAM, E.; CARDOSO, R.C.L.(org.). **A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp.107-125.

ZIMMERMANN, N. de. C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p.205-224.

ANEXO I

Roteiro semi-estruturado para pesquisa de campo

1. Como se tornou Sem Terra e porque?
2. Já tinha participado de algum movimento social antes?
3. O que sabia do MST antes de entrar para o movimento?
4. Dentro do acampamento, do movimento, das reuniões o que se transformou na sua vida?
5. Sempre trabalhou na agricultura?
6. -Como é a produção, como tiram a renda da família?
7. -Vocês trocam produtos entre os assentados? A prática é recíproca?
8. -Vocês fazem mutirão quando necessário?
9. - Antes da cidade (se moraram) tiveram experiência no campo?
10. - Como se deu a adaptação da vida no campo?
11. 11- Trocariam a vida no campo pela cidade?
12. 12- Você considera o grupo unido? Já foram mais unidos?
13. 14- Como a cidade os acolheu? Qual a relação com a mesma?
14. 15- Como é o acesso ao mercado? O que produzem? (transporte, acesso)
15. 17- O que você acha que mudou em relação à vida no campo nos últimos anos?
16. - O que você entende por agroecologia?
17. - Como entrou em contato com a proposta agroecológica?
18. - Quando e como se deu a aplicação da proposta agroecológica no assentamento Carlos Lamarca?
19. - Quais as resistências enfrentadas no início? Elas ainda existem?
20. - Quais as principais mudanças que a produção orgânica agroecológica causaram no cotidiano do assentamento?
21. - Hoje para os 12 produtores ela é viável economicamente e socialmente para o assentamento?
22. - vocês estão caminhando pra isso?
23. - Qual a relação entre o grupo ecológico Terra Viva e as demais famílias assentadas que não optam pela produção orgânica agroecológica?

24. - A agroecologia resgata práticas de produção agrícola anteriores à disseminação do uso de agrotóxicos e insumos químicos? Que relação com a terra ela estabelece?
25. - Como você vê o papel do MST na questão da agroecologia? Como ele pode avançar e quais resistências enfrenta?
26. - Itapetininga, cidade onde o assentamento Carlos Lamarca está situado, tem o primeiro PIB agrícola do Estado de São Paulo, como o Grupo Ecológico Terra Viva vê este dado?
27. - Quais as perspectivas de produção e permanência no campo?